

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

07 DE SETEMBRO DE 2012

No dia 07 de setembro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **ATAS** – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29 de junho de 2012.
- 2- **PÚBLICO – 1.º Período de intervenção.**
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- **Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro;
 - 4.2- Projeto de Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mirandela;
 - 4.3- Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela – Adjudicação da Empreitada;
 - 4.4- Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinhas e gasóleo – Relatório Final;
 - 4.5- Recuperação e Qualificação Urbanística da Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários – Relatório Final e Adjudicação da Empreitada;
 - 4.6- Pedido de Reconhecimento de Interesse Público, no âmbito da Reserva Ecológica Nacional – Parque Ambiental do Nordeste Transmontano (PANT);
 - 4.7- Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I. R. S.) – 2013;
 - 4.8- Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I. M. I.) – 2013;
 - 4.9- Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T. M. D. P.) – 2013;
 - 4.10- Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso.
- 5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 40 presenças, pelo que o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 64 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Elina Marlene Sousa Fraga, Luís Manuel Pinto de Sousa, Dinis Humberto Veiga, Miguel Ângelo Fernandes, Eduarda Neiva Rosa, Fernando Manuel Gomes Alves, Carla Sofia Caldeira de Sousa, António José Batista, José Domingos Carneiro, Carlos José Fraga, Maria João Felgueiras, Pedro Miguel Fonseca, Vera Cristina Preto, Márcio Paulo da Silva Filipe, Armindo José Esteves e Cristina Maria Ferreira Passas.

Justificação de Faltas:

- Luís Manuel Pinto de Sousa: sessão de 07 de setembro de 2012.
- Dinis Humberto Veiga: sessão de 07 de setembro de 2012.

- Miguel Ângelo Fernandes: sessão de 07 de setembro de 2012.
- Eduarda Neiva Rosa: sessão de 07 de setembro de 2012.
- Fernando Manuel Gomes Alves: sessão de 07 de setembro de 2012.
- Carlos José Fraga: sessão de 07 de setembro de 2012.
- Maria João Felgueiras Caseiro: sessão de 07 de setembro de 2012.
- Pedro Miguel Fonseca: sessão de 07 de setembro de 2012.
- Vera Cristina Preto: sessão de 07 de setembro de 2012.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, António José Pires Almor Branco e os Vereadores, Júlia Maria A. Lima Sequeira Rodrigues, José Assunção Lopes Maçaira, e Manuel Carlos Pereira Rodrigues.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Bom dia a todos. Informo que vários deputados municipais justificaram a sua falta e pediram para serem substituídos: Professora Eduarda, substituída por José Ressurreição Alves.

O deputado Dinis, substituído por Emanuel Batista. Do CDS/PP, o deputado Luís Sousa, foi inicialmente substituído por Ricardo Garcia, que também apresenta justificação e não foi possível substituí-lo.

Maria João Felgueiras, substituída pelo deputado Virgílio Tavares. A deputada Vera Preto, substituída por Manuel Agostinho Beça de Sousa. O deputado Carlos Fraga, substituído por Patrícia Andreia Bernardo.

Finalmente, uma justificação de falta do deputado da CDU, Pedro Fonseca.

Relativamente a correspondência:

- Foi enviada à Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, uma intervenção sobre a saída do helicóptero de emergência médica, do Distrito de Bragança, com a oposição dos Municípios do Distrito de Bragança, que quanto sei, apresentaram uma providência cautelar.

- Ainda o Seminário sobre Assembleias Municipais.

- Recebemos um ofício do Grupo Parlamentar os Verdes, a agradecer a receção da Declaração de Mirandela sobre as Assembleias Municipais.

- Douro, Estrutura de Missão, uma informação sobre a missão da Unesco.

- Da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, também uma informação sobre a Reforma da Administração Local.

- Da Câmara Municipal de Bragança, uma pronúncia sobre o pedido de desclassificação da Linha do Tua.

- Da Assembleia Municipal de Mogadouro, também uma moção de censura relativa à retirada do helicóptero do INEM.

- Um convite da Confraria de Nossa Senhora do Amparo para integrar o Palio da Procissão que teve lugar no dia 04 de agosto.

- Uma Informação do Centro de Estudos Jurídicos do Minho, que envia o n.º 18 da revista "Direito Regional e Local", onde consta a Declaração de Mirandela.

- Informação sobre uma Conferência que vai decorrer no Porto, no dia 27 de setembro de 2012, organizada por Quadros e Metas, com o tema "A Prática da Política, Instrumentos e Ferramentas para uma Ação Política de Sucesso."

Finalmente, chamo a atenção para a necessidade de o Grupo Municipal do PSD indicar um elemento, para fazer parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela, na Comissão Alargada.

Como se lembrarão, cada Grupo Municipal desta Assembleia, designou um representante nesta comissão. Ou durante o dia, ou na próxima semana, por favor, o Grupo Municipal do PSD, deve indicar um elemento, para substituir a deputada Alexandra Carmelita Lopes Prada, que julgo fazer parte da Comissão Restrita.

PONTO 1 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

Presidente da Assembleia Municipal:

Bom dia Senhor Presidente, Senhores deputados, Senhores municípios, Senhores representantes de associações.

Primeiro Ponto, leitura da ata. Os Senhores deputados receberam a ata, há alguma chamada de atenção?

Deputado Jorge Pereira, sobre a questão da ata.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Muito bom dia a todos.

Sobre a questão da ata, tal como tenho referido noutras situações, dizer que a sua elaboração mantém a obediência à transcrição integral das diversas intervenções, situação que do ponto de vista da língua Portuguesa, tal como aqui já referi noutras ocasiões, a transforma num documento muito fraco.

Ouçó, nomeadamente o Senhor Presidente da Assembleia, clamar por maior dignificação deste Órgão do Município. Confesso que partilho inteiramente desta preocupação. Contudo, devo dizer que a reclamada dignificação da Assembleia, passa também pela elaboração da respetiva ata.

Assim e tendo nomeadamente em conta que este documento é também um testemunho para as gerações futuras, deverá ser elaborado com maior rigor e objetividade, ou seja, deverá ser um documento que nos relate o que de mais objetivo e concreto aqui se passa e é dito.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então votar a ata.

Quem vota contra? Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Bom dia a todos.

A ata foi aprovada por maioria, cuja votação foi a seguinte:

Votos contra, 1

Abstenções, 2

Votos a Favor, 46

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a ata da sessão ordinária de 29 de junho de 2012.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal:

Segundo ponto, público, 1.º Período de Intervenção.

Está algum Senhor Município presente que deseja usar da palavra? Não está.

Então vamos continuar os nossos trabalhos.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal:

Período de Antes da Ordem do Dia.

Relembro à câmara o favor das inscrições, serenamente, para dividirmos a hora que o Regulamento prevê e vamos fazer o registo das inscrições para este período.

Senhores deputados, temos uma hora, agradeço que preparem as intervenções para inscrição.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Inscreveram-se para o Período de Antes da Ordem do Dia, os Senhores deputados: Faustino Cunha, Rita Messias, Baltazar Aguiar, Jorge Pereira e Adérito Pires.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vai usar da palavra o Senhor deputado Faustino Cunha.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Exm.º Senhor Presidente e Caros Membros desta Assembleia.

Vou falar da Informação que recebi em julho de 2012 e que deveria ter acompanhado a apresentação de contas, efetuada na Assembleia Municipal de Mirandela, de 29 de abril de acordo com o estipulado no art.º 47 da Lei das Finanças Locais de 2007.

Porque admito que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já tinha em devido tempo conhecimento destas contas e o Senhor 1.º Secretário também as conhecia, por razões das suas funções profissionais, – sendo Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara – dirijo-me especialmente a vós, caros companheiros e membros desta Assembleia.

Surpreende-me porque optou o Executivo por desrespeitar o compromisso legal, sonhando informação à Assembleia Municipal, já que todas as contas estavam aprovadas como estipula a lei, até finais de março.

Porque a esta Assembleia Municipal, não cabe apenas aprovar a adesão da Câmara de Mirandela a associações e a constituir empresas, mas a acompanhar o Executivo no desenvolvimento das autorizações aqui deliberadas. Tomo a liberdade de exteriorizar convosco algumas considerações que entendo dever fazer.

Devo, antes de tudo, antecipar que não me move qualquer desejo de crítica à condução imprimida pelo Executivo no seu desempenho de gestão, mas tão-somente transmitir a V. Ex.ªs. uma breve síntese da situação.

Como é natural, o Município de Mirandela está representado em várias associações de Municípios. A Associação de Municípios da Terra Quente, a Associação Para o Desenvolvimento da Terra Quente, a Comunidade Intermunicipal e a Agência de Energia de Trás-os-Montes.

A Empresa Municipal Resíduos do Nordeste e a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, prosseguem objetivos concretos empresariais e a sua gestão pode considerar-se profissionalizada, enquanto as anteriores se consideram mais políticas, embora pareça muito desenvolvimento para tão pouco desenvolvimento.

Uma nota apenas no que respeita à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua para nos congratularmos pela nomeação do Senhor 1.º Secretário “Dr. Rui Magalhães”, como Presidente da Assembleia Geral, informação esta que não consta da Informação escrita da Presidência.

Quero lembrar também que já pesam em termos orçamentais as adesões a estas entidades todas, de grupos de Municípios.

Existe uma empresa privada de que a Câmara é partner que tem apenas um trabalhador efetivo e consta na sua carteira de clientes, com 31 câmaras. Saíram 3 em 2011 e há expectativa de saírem mais.

Embora tenha referido no relatório que acompanhou a Alheira de Mirandela, note-se que numa apresentação de produtos por si promovidos, a Qualifica apresentou alheiras de Boticas, esquecendo as de Mirandela. talvez porque estas já não precisam do seu apoio.

Estando a Câmara Municipal de Mirandela especialmente envolvida nas empresas “Mirandela XXI, - já extinta – na Mircon e na Artemir”, restará esperar pelos resultados qualitativos, que não quantitativos do seu desempenho.

Sobre o Hospital Privado Terra Quente apenas quero reafirmar o meu convencimento de que mais tarde ou mais cedo, por decisão própria ou por imperativo troikiano, haverá que saber sair de um projeto onde nunca se deveria ter entrado.

Se na atual situação conjuntural tem sido difícil dar vida e visibilidade à Mircon, já com a Artemir se consideram muito positivos os resultados obtidos e se aceita o aproveitamento da Câmara neste projeto cultural tão significativo, envolvendo a música de câmara, em tudo que sejam cerimónias que realize.

Os ossos duros que o Executivo parece ir deixando que cresçam naturalmente são a Agroindustrial do Nordeste e o Metropolitano Ligeiro de Mirandela.

Quanto ao Cachão é uma pena assistir à morte lenta deste grande projeto de desenvolvimento regional. O Executivo até se absteve na aprovação das contas. Ainda não percebi porque está o Município de Vinhais interessado ao ponto de ter adquirido um lote de terreno neste Complexo.

Já o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, passeando as duas composições ainda existentes, enquanto for possível que as mesmas andem, até que vão para Gueifões ou para as oficinas da INEF.

Os serviços de dois autocarros estão agarrados ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, que ninguém sabe para onde vão e a que horas, embora já custando 50 cêntimos cada viagem.

Ficamos a aguardar o resultado do estudo que a Câmara está a fazer. Já lá vão uns três anos.

Terminarei, meus caros amigos, por não perceber qual o objetivo do Executivo em evitar um debate sobre estas realidades, sabendo-se que não estava em causa a aprovação das contas dessas empresas, mas como defende a lei em vigor, tão e somente permitir o acompanhamento das decisões emanadas por esta Assembleia.

Muito obrigado.

Deputada Municipal Rita Messias (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores, muito bom dia a todos.

Estive recentemente na Alemanha, visitei o monumento do Holocausto em Berlim e quero partilhar com esta assembleia a terrível sensação que tive perante o “programa do terror”. Fiquei, mais consciente da importância que as decisões políticas e a qualidade dos governantes têm sobre os destinos de cada país e a qualidade de vida das pessoas.

É impressionante ver como Hitler, em pouco mais de 10 anos, conduzido por ganâncias, preconceitos e interesses económicos, cria um plano desumano e o coloca em marcha, levando à morte mais de 6 milhões de pessoas, em campos de concentração, entre muitos outros milhões de vítima de guerra, destruindo o seu país e o dos outros.

Não foi por acaso que a educação e formação de adultos se desenvolveu precisamente após a Segunda Guerra Mundial.

A primeira Conferência Internacional promovida pela UNESCO, sobre Educação de Adultos realizou-se em Elsinore, na Dinamarca, em 1949 e teve como objetivos, a implementação nos diversos países de práticas com vista a: criar uma cultura de igualdade; promover o crescimento económico; fomentar um verdadeiro espírito de democracia e de humanidade; promover valores como a tolerância, o respeito pelos direitos humanos, a liberdade, a participação democrática, a justiça e a paz.

Estas conferências têm-se vindo a realizar de 10 em 10 anos, e os seus objetivos vão de encontro aos contextos político-económicos que se vivem, sendo que a educação de adultos tem vindo a ser encarada como motor de desenvolvimento económico, social e cultural, enquanto formação e aperfeiçoamento profissional em termos científicos e tecnológicos, mas essencialmente no sentido da ética e da responsabilidade cívica.

Há um estreito relacionamento entre educação de adultos e as problemáticas para o funcionamento e desenvolvimento das sociedades modernas, como sejam: a consolidação da democracia, a igualdade de oportunidades, as mutações do trabalho e do emprego, o ambiente, a saúde, a cultura, a comunicação, a informação, as novas tecnologias, a multiétnica e o multiculturalismo, a economia, entre outras problemáticas que se colocam às sociedades democráticas.

A educação e formação de adultos é assim, encarada como um modelo de desenvolvimento sustentável, centrado no ser humano, baseado no respeito dos direitos humanos e numa cidadania ativa com vista ao aprofundamento da democracia.

Em Portugal, as práticas de educação de adultos têm sido limitadas, sendo nos últimos 10 anos que se verificou uma maior preocupação a este nível, e que vemos refletidas no programa Novas Oportunidades muitos dos princípios que preconizam a verdadeira educação de adultos e foi, de entre todas as iniciativas existentes, com as suas virtudes e defeitos, aquela que mais práticas de educação de adultos incorporou na sociedade, associada também a uma lógica de valorização e certificação escolar e profissional.

Os programas utilizados, tinha áreas específicas não só do desenvolvimento da escrita, interpretação, comunicação, matemática e TIC, mas também de cidadania.

Nesta área eram trabalhados valores fundamentais como os direitos e deveres de um cidadão inserido nas sociedades democráticas, os valores da ética, do respeito pelos outros, da promoção da saúde, do ambiente, permitindo ao adulto a não só a sua atualização, mas também tomando consciência das suas responsabilidades como cidadão participante de uma sociedade democrática.

Atualmente, vivemos momentos de grandes transformações, muitos riscos, incertezas, ideologias neoliberais, recaindo cada vez mais responsabilidades sobre cada cidadão. Nunca como agora a necessidade de libertar o poder criativo de cada pessoa foi tão importante.

E também nunca como agora a necessidade de uma ação centrada em princípios como a ética e a consciência cívica, foram tão importantes, para além de outras necessidades, aumentar a literacia, como é o caso de Portugal

No entanto, estamos a assistir a uma destruição do que de bom foi feito na educação de adultos nos últimos anos, erradicando qualquer prática de educação para a cidadania, tanto no ensino de crianças e jovens pela eliminação da formação cívica, bem como pela eliminação da cidadania na formação de adultos.

Pese embora toda a trapalhada do atual governo nesta matéria, e nomeadamente em relação aos centros novas oportunidades, que ora suspende ora manda avançar, criou o programa vida ativa, que tem todas as áreas do anterior programa novas oportunidades, sendo assinalado como uma nova oportunidade exceto a cidadania que foi retirada, para além de ser uma formação avulso que em nada contribui para a progressão em termos de qualificação do adulto, muito menos para a conscientização cívica e ética.

Transparece, nesta confusão, um ideologia dominante instrumentalista e tecnocrata.

Eu pergunto: dominar a técnica é importante? E respondo: é muito importante, é muito bom termos excelentes especialistas. É muito bom, eu poder contratar por exemplo um cozinheiro altamente especializado, muito bom tecnicamente. Mas, imaginem o que é, se eu puder contratar um cozinheiro, que para além de dominar a técnica, também seja responsável, honesto, trabalhador, que respeite os outros e preocupado com o ambiente e a saúde pública e que para além disso, seja um cidadão ativo e participativo na sua comunidade, contribuindo para o bem comum? Neste caso, seria excelente!!!

É precisamente aqui onde reside a diferença entre a formação técnica e a educação. É que formar, eu até posso formar, e perdoem-me a expressão, uma “quadilha para assaltar bancos”, altamente especializada na técnica de assalto e é de facto formação técnica, mas não é educação! Porque educar envolve valores, princípios, ética e consciência cívica.

Tenho 20 anos de experiência na formação entre os quais cerca de 12 anos mais ligada à educação de adultos, tenho frequência de mestrado em educação de adultos e posso-vos testemunhar que tenho assistido a diferenças provocadas por uma formação apenas técnica e uma formação de cariz mais educativa e asseguro-vos que esta última contribuiu em muito para a criação de climas de paz e bem estar na sociedade.

Só um exemplo:

Aprender a respeitar o ponto de vista dos outros, evita em muitas situações, a violência.

Voltando ao exemplo inicial da Alemanha, da época NAZI, Hitler, era um excelente exemplo de um grande líder, aliás ele até é estudado como um fenómeno de liderança, era extremamente competente nesta área, diria até especialista.

O que faltou então? Faltou uma ação baseada em valores e princípios, como o respeito pelos direitos humanos, a ética, a consciência cívica. Ou seja, é a educação, aquela que torna as pessoas melhores.

Resultado? Todos sabemos, não é sustentável

Será então que a educação e a formação de adultos contribuiu para o desenvolvimento sustentável da sociedade? Pelos exemplos da história, não tenho dúvidas. Então porque se quer acabar com ela?

Para terminar, digo-vos que mais importante do que ser um bom técnico, é ser uma pessoa empenhada em contribuir para tornar este mundo um lugar melhor para todos vivermos.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, respetiva Câmara, Senhores Municípios, Senhores Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores, bom dia a todos.

Neste país que o Sr. Primeiro-ministro quando era candidato dizia que não podia ser posto a pão e água mas que está muito próximo disso, eleger uma área que valha a pena debruçar-nos sobre ela é extremamente difícil porque todas as áreas estão mal, ou seja, o país está muito próximo de pão e água.

Eu começo assim porque quero tratar aqui um tema de Mirandela. Nós estamos na Assembleia Municipal de Mirandela e quero tratar o tema ligado ao emprego e, mais especificamente, ligado ao aproveitamento que pode estar a ser feito da vulnerabilidade das pessoas nesta altura. Sabemos quanto é difícil para as famílias encontrar emprego para os seus filhos ou para os próprios encontrarem emprego.

Fazer-se o aproveitamento dessa vulnerabilidade é que eu acho grave e se calhar nesta altura diria que valeria a pena pensarmos naquilo que a Eng.^a Rita acabou aqui de dizer. Se calhar valeria a pena pensar, em nome do emprego, as barbaridades que se fizeram.

Digo isto, porque chegou ao meu conhecimento que o Hospital Terra Quente - e só trato aqui esta questão porque o Presidente da Câmara é Presidente do Conselho de Administração e, portanto, há uma vertente política, aquilo que é decidido pelo Conselho de Administração do Hospital Terra Quente, naturalmente que são sinais à sociedade, que têm uma componente política, porque se não fosse isso eu não o tratava. O que eventualmente se possa passar no foro dos privados é do foro dos privados. Posso ter a minha opinião, tenho lugar nessa batalha que desde sempre tive e tenho lugar escolhido, sei de que lado da barricada estou e estarei sempre desse lado da barricada mas aqui trato por ser uma empresa participada e o Presidente da Câmara é simultaneamente Presidente do Conselho de Administração. Portanto o que se lá passa são sinais políticos.

E consta-se por aí de que a política de salários a praticar é uma política de salários que volta aos tempos do meu avô. Nem nos tempos do meu avô assim se passava. As pessoas comiam e tinham uma remuneração. Eu recordo-me perfeitamente: Era menino e assistia a isso.

Dizem-me que a política de remuneração é subsídio de alimentação. Isto é muito grave e mais grave ainda é passar-se numa empresa em que o Presidente do Conselho de Administração é o Presidente da Câmara. Daí que eu queira deixar aqui a pergunta ao Sr. Presidente da Câmara: qual é a política de recursos humanos que vai ser seguida no Hospital Terra Quente? Faço-o, repito, porque há aqui uma questão política de ser simultaneamente Presidente do Conselho de Administração. É, portanto, um sinal político dado à sociedade. E já agora, se fosse possível, ao contrário do que é habitual, que nos respondesse online porque pelos vistos responde sempre por escrito, embora as respostas por escrito nunca venham. Eu acho que vai ficar conhecido como "respondo por escrito".

A segunda questão que eu queria colocar, e mais uma vez porque nós não deixaremos cair esta questão, é a questão da TECSAM.

E porque é que eu levanto a questão da TECSAM? Em junho de 2007 esta Assembleia Municipal autorizou a alienação dos terrenos por 399.000,00 Euros, dos quais, 39.000,00 Euros foram pagos em efetivo e os restantes 360.000,00 Euros, eram pagos em contrapartidas, em 12 bungalows, avaliados em 30.000 Euros cada um, o que perfazia 360.000,00 Euros. Os 360.000,00 com os 39.000,00 cash, dava os 399.000,00 Euros, pelos quais foi vendido.

Já aqui levantámos esta questão, já aqui perguntámos o que é que pensava fazer, o que é que havia em renegociação de contrato, quais são os tempos de execução e os tempos de execução que aprovámos aqui eram claros, dos 12 bungalows, 7 em 2008 e 5 em 2009. E o mínimo que havia que fazer era renegociar o contrato, reescalonar as datas ou pura e simplesmente ter a coragem de dizer não, não queremos contrapartidas nenhuma. Dado o que está em causa, prescindimos das contrapartidas.

Agora, deixar isto, este tempo todo, não fazer nada, meter a cabeça na areia, é que eu acho que é grave. Isto é coisa pública, não é o quintal de cada um. Portanto, mais uma vez eu coloco aqui esta pergunta, sei que se calhar me vai dizer que responde por escrito, mas isso eu já não estranho.

A última questão é mais uma comunicação à Assembleia. Dizer-lhes que apesar de não ter havido o apoio do actual Presidente e personalizo esta questão, já existe fibra óptica na zona industrial e os números das empresas que estão sedeadas na zona industrial foram a semana passada baldeados para o novo sistema e, finalmente, embora não contando com o apoio do actual Presidente, já então, como dizia há três anos atrás, nos poderemos dirigir às várias operadoras – quem quiser – para fazer o seu contrato, porque agora existe infra-estrutura e na altura não existia a infra-estrutura e não nos poderíamos dirigir às várias operadoras.

Repito: foi para mim, na semana passada, um dia particularmente feliz porque apesar de tudo conseguiu-se ter fibra óptica e que os números fossem baldeados para o novo sistema apesar de não ter o apoio do actual Presidente.

Isto é extremamente importante e acabo como comecei. Se durante todos estes anos se investisse mais na economia talvez os problemas do emprego não fossem aqueles que temos agora e talvez não houvesse o descaramento de aproveitar a vulnerabilidade das pessoas e regressar a tempos ancestrais do século passado porque em nome do emprego (e eu sei o que vai responder) fazemos tudo. Há quem pelo emprego tenha feito barbaridades e a dignidade humana não tem preço. Muito obrigado.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Exm.º Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, público em geral, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores, bom dia a todos.

Como bem sendo hábito, na minha humilde condição de pessoa que muito tem a aprender, gosto de pegar em palavras de outros para poder suportar aquilo que me vai na alma.

E assim, vou pegar nas palavras do nosso ilustre transmontano, Miguel Torga que em 17 de setembro de 1961 vai agora fazer mais de 50 anos, 51 precisamente, dizia, passo a citar:

“É um fenómeno curioso: o país ergue-se indignado, moureja o dia inteiro indignado, come, bebe e diverte-se indignado, mas não passa disto. Falta-lhe o romantismo cívico da agressão.

Somos socialmente uma coletividade pacífica de revoltados.” Miguel Torga, Diário IX, (Chaves, 17 de setembro 1961).

Já se passaram mais de 50 anos, ainda eu não era nascida. Mais de meio século e a civilização/Portugal evoluíram. Será que sim?

O silêncio é sempre mais fácil que a palavra porque quando falamos há sempre centenas a fazer os devidos comentários, quase sempre pejorativos. Mas mesmo assim vou continuar a refletir aqui neste local e com esta plateia atenta sobre aquilo que nos preocupa, ou deveria preocupar, enquanto Mirandelenses.

O nosso Presidente gosta de falar de economia rural, azeite, amêndoa, alheira, azeite na alheira, azeite no combate a doenças, azeite, azeite.

É bom ouvir repetir o volume de negócios que a alheira representa para a região. A alheira reconhecida.

Relativamente ao azeite, sabem que Trás-os-Montes é uma das regiões com o maior número de lagares, 114 em 2011. O Alentejo tem apenas 83.

Mas a produção de azeite nesta última campanha em Trás-os-Montes foi de 13 milhões 276 mil 962 kgs. correspondente a 144mil 945 hectolitros.

Enquanto no Alentejo em menos lagares se produziram 47 milhões 277 mil 691 kgs. correspondente a 516 mil 132 hl, dos 831 mil 915 hl produzidos em todo o país. Uma diferença de mais 31 lagares e menos 34 milhões de kgs., menos 371 mil hl. Dá que pensar, não?

Temos um país que não produz o suficiente mas continua empenhado em cursos de empreendedorismo, quando acabei de demonstrar aqui que não é a quantidade que mais produz.

Para uma nova organização produtiva, empreendedorismo não chega, falta continuidade nas coisas falta empresabilidade.

Quando andava na 4ª classe, fizemos uma visita de estudo, e sabem onde é que a minha professora nos levou? Ao Complexo Agroindustrial do Cachão, sim.

Nesse complexo, já trabalharam direta ou indiretamente, mais de 1500 trabalhadores nas várias indústrias que aí existiam. Hoje quantos são os trabalhadores? 300? E porquê?

Na reunião de Câmara de 13 de agosto falou-se da manifestação no Cachão, na Soduol e na Mirapapel. A Soduol, empresa de extração de óleos, já deixou de laborar mas o cheiro continua e cada vez mais intenso.

Qualquer unidade é suscetível de ser licenciada, diz o Senhor Presidente, muito bem. Mas, armazenar o lixo num Complexo Agroindustrial, será que é a escolha mais acertada?

Disse também que estava a falar com o proprietário para encontrar uma solução. Passado quase um mês, já foi encontrada uma solução?

Para termos indústria e desenvolver a economia rural, precisamos de fáceis acessibilidades. As nossas, continuo a dizer que não são as melhores. Os acessos ao IP4 e ao IC5 são cheios de curvas e

contracurvas. No caso do acesso ao IC5 já resultou um morto, um habitante da aldeia que se deslocava nas suas lides caseiras, nas ruas da aldeia, que por sinal é a estrada de acesso ao IC5.

E dentro da cidade, os buracos aumentam cada vez mais. Somos a cidade jardim, não merecíamos um piso melhor? Pelo menos nas ruas principais, de acesso à cidade, digo eu.

Na verdade o país endividou-se, e Mirandela também.

O país endividou-se, entre outras coisas, porque não produzia o suficiente, não competia o suficiente, não inventava, criava ou desenvolvia o suficiente.

Vamos analisar o que se passa:

Na Câmara Municipal, e nesta Assembleia fizeram-se cortes...acabaram as garrafas de água, temos água da torneira. Uma poupança e muito bem.

E o que isso representa na economia local? A meu ver não será muito a poupança no orçamento desta Câmara. E qual o preço desse custo? Será que por essa atitude se aumentou o desemprego? Afinal de contas é uma empresa local que fornecia a água e que deixou de o fazer.

Não vai sendo hora de fazer as coisas não por impulso mas porque se fez um estudo causa/efeito. Temos que proteger a economia local. O que é nosso é bom.

Na educação temos um mega agrupamento. Não temos um centro escolar.

Temos três escolas profissionais, duas delas da responsabilidade da autarquia com custos, creio que não quantificados, ou pelo menos esta assembleia não tem esse conhecimento,

E pelo que sei, a Escola Profissional de Agricultura fica isolada quartas e sextas-feiras à tarde já que se mandou suspender o metro nesses dias, ficando os alunos dessa escola sem transporte. Foram pensados os prós e os contras dessa atitude?

O Presidente da Câmara de Mirandela tem página oficial no facebook, é título de jornal e rodapé de noticiários, muito bem.

Mas senhor presidente, as primeiras questões colocadas vão ao encontro daquilo que alguns Mirandenses gostariam de saber, o PDM e até iria mais longe quais são as metas. Hoje fala-se muito em nas metas que este executivo se propõe alcançar até ao final deste mandato.

Por fim uma palavra aos senhores presidentes de junta.

Peço desculpa se me refiro apenas aos problemas que dizem respeito a cidade, eu sei bem que se debatem os problemas do concelho.

A verdade é que eu não tenho conhecimento do que se passa na maioria das aldeias, mas gostava de ter, os Presidentes de Junta são as pessoas mais adequadas para dar sugestões de como fazer crescer o nosso concelho. Cada aldeia tem, certamente, as suas características, a sua mais-valia para fazer rimar este concelho com oportunidade, sonho e progresso.

Concordem ou discordem comigo é do diálogo que surgem as soluções.

Não há soluções sem dor, nem receitas mágicas, e sobretudo não se cura quem tiver a única profissão, o ser doente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o deputado Adérito Pires.

Deputado Municipal Adérito Pires (PS):

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhora s Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhora s. Deputadas e Senhores Deputados Municipais.

Trazia-vos aqui uma questão que anda hoje na ordem do dia e que tem a ver com a proposta do Governo sobre a reorganização da estrutura judicial, conhecida pela “Reforma do Mapa Judiciário.”

Se eu trago aqui essa questão, é porque ela afeta e de uma forma muito significativa, também o Tribunal e as populações de Mirandela, porque feito o diagnóstico, constata-se que não tem em consideração as distâncias entre Municípios; não tem em consideração a rede de transportes existentes nos diversos concelhos; não tem em conta as vias de comunicação e não tem em conta, sobretudo, os incómodos e as despesas, que os utentes terão no acesso à justiça.

Para além de, como também é pacificamente aceite que esta reforma da estrutura judiciária, conhecida pela “Reforma do Mapa Judiciário”, vai de uma forma basilar e atroz beliscar mortalmente aquilo que hoje designamos e está sedimentado na sociedade portuguesa, como a proximidade de justiça. Porque vem criar não uma justiça de proximidade, nem sequer uma justiça de centralidade, porque nalguns casos, como acontece em Bragança, nem sequer é o local mais equidistante em relação ao resto dos Municípios do Distrito.

Concretizando: em que se traduz este novo “Mapa Judiciário”?

Fundamentalmente em três princípios: criação de uma só comarca em cada um dos distritos do país. Deixaríamos no nosso caso de ter 11 comarcas e passaríamos a ter uma só comarca no distrito, encerramento de tribunais e desqualificação de tribunais, que supostamente resiste.

Digo desclassificação dos que supostamente resistem, porque até esses deixariam de ser tribunais e passariam a ser instâncias.

E vêm agora os problemas, no nosso caso, a criação de uma só comarca, que ficaria sedeada no distrito de Bragança e que albergaria, não apenas os processos que hoje se encontram pendentes na atual comarca de Bragança, mas também todos aqueles processos que seriam espoliados ao resto do distrito.

E a verdade é que para isso, provavelmente seria necessário ter uma certeza suplementar, porque o atual tribunal de comarca de Bragança, não tem condições para reunir todos os processos do distrito, para receber todos os Magistrados que teriam de aí trabalhar e para receber todos os funcionários. É uma medida que não se compreende.

Vem depois a seguir outra questão, do encerramento dos tribunais.

Aqui a proposta do Governo, é de tal forma desorientadora, porque não se vê um critério pelo qual se norteou. Tanto assim que verificámos que desde janeiro, até junho ou julho, foram produzidos três documentos, cada qual o pior. A falta de critério vê-se logo no primeiro documento, que o Tribunal de Miranda era para manter aberto. No segundo e no terceiro, era para encerrar.

O Caso de Vila Flor, no primeiro ensaio, era para manter, no segundo era para encerrar e no terceiro documento já era para manter outra vez.

Em Valpaços, em que no primeiro estudo e no segundo era para manter e no terceiro era para encerrar.

Há uma desorientação completa, não há qualquer critério.

E se vos falo nessa questão é porque Mirandela também será afetada e de uma forma muito significativa. Enfatiza-se muito a questão do encerramento dos tribunais, mas não se considera a questão da desclassificação e Mirandela ficará muito afetada, porque o tribunal será desqualificado a dois níveis.

Desde logo, porque deixará de funcionar como tribunal de comarca e esta não é apenas uma questão de nomenclatura, mas também tem a ver com o que nós designamos de “Órgãos de Soberania.”

Perde-se o sentido da soberania e por outro lado, desqualificado, porque todas as ações em cível, que hoje ultrapassem os 30.000 Euros e que doravante passem a ultrapassar os 50.000 Euros, assim como em penal, todos os processos que exijam a intervenção do Tribunal Coletivo, serão não apenas julgados, mas também tramitados na grande comarca de Bragança. Isto obrigará que a população de Mirandela, para esse tipo de ações, tenha que se deslocar a Bragança.

E imaginem depois as situações concretas: alguém vai para um julgamento para Bragança com as respetivas testemunhas e nós sabemos que muitas vezes até na sede do concelho é difícil convencer as pessoas para prestar o seu depoimento em tribunal, quanto mais na sede do distrito. Mas pode acontecer chegarem lá, o julgamento é adiado e voltam outra vez para Mirandela.

Mas mais ainda, imagine-se essa situação que acontece muitas vezes, vai-se ao Tribunal e uma qualquer freguesia de Mirandela, para Bragança e entretanto chega-se à conclusão que é preciso fazer uma inspeção ao local e toda a gente volta para o respetivo local da questão em apreciação para fazer a tal inspeção e voltam de novo para Bragança para depois no fim do julgamento regressarem a Mirandela.

Ninguém compreende, ninguém aceita esta questão.

E a questão é muito séria, nós até poderíamos propor à Senhora Ministra, - que teimosamente quer avançar com esta reorganização - que em vez de 18 comarcas, criasse apenas duas, talvez uma no Porto e outra em Lisboa, ou quiçá, uma em Lisboa, mas não porque o assunto é muito sério, porque a justiça é um dos pilares essenciais do Estado de Direito.

Não podemos aceitar esta reforma e todos os operadores judiciários estão contra ela.

Na sequência do primeiro estudo, todos nós ficámos impávidos e pensávamos que aquilo era uma simples brincadeira, que não era um estudo a sério. Veio o segundo e ficámos atrapalhados.

Na sequência do segundo ensaio, tomei a liberdade de convocar todos os Presidentes das Delegações do distrito de Bragança e do distrito de Vila Real, no sentido de nos pronunciarmos a cerca desse estudo. E foi pacífico, que toda a gente estava contra essa reforma e também vos queria dizer que esta questão não é vista como uma questão política.

Recordo-me que estava lá alguém que era militante do PSD, de Alijó, que por sinal até já foi Presidente de Câmara e que como questão preliminar, levantou este problema: “eu sou militante do PSD, mas não é por causa dessa circunstância que eu não estou aqui, também estou” e eu também referi que pela circunstância de eu ser militante do PS, que tomei a liberdade de convocar esta reunião, porque o assunto é de facto muito sério

E sendo tão sério, o Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados (julgo que no mês de julho) fez uma reunião com todos os autarcas do país e com os Presidentes das Delegações e aí saiu uma proposta no sentido de que a Senhora Ministra devia suspender esta projetada reforma e exigir a intervenção para esse estudo, também dos autarcas e é justo que assim seja, porque são os autarcas os legítimos representantes, através do voto, dos anseios das suas populações. E também teria que participar nessa reforma a Ordem dos Operadores Judiciários.

Julgo que a questão reveste alguma seriedade. Nem nós percebemos quais os interesses que estão subjacentes a esta reforma.

Nestas circunstâncias, algumas Câmaras Municipais e algumas Assembleias Municipais, já se pronunciaram sobre a questão, antes que seja tarde, também creio que esta Assembleia deveria tomar posição sobre este assunto e assim eu atrevia-me a apresentar aqui uma moção que sintetizasse esta nossa

pretensão, exigência de que o Tribunal de Mirandela mantivesse as mesmas funções e passo a ler então, a moção que apresentarei à Mesa:

“Moção

Considerando que a proposta do Governo sobre a reorganização da estrutura judiciária não teve em conta as distâncias entre os respetivos Municípios, as vias de comunicação, a rede de transportes existentes entre os diversos concelhos do distrito, os incómodos e as despesas das populações no acesso à justiça e atinge o princípio basilar de proximidade da justiça, essencial ao Estado de Direito, propomos:

1 – Que todos os tribunais do Distrito de Bragança se mantenham em funções;

2 – Que o Tribunal de Mirandela se mantenha como Tribunal de Comarca e de Círculo e aqui sejam tramitados e julgados os processos ordinários e os de natureza criminal com intervenção do Tribunal Coletivo.”

Já agora, só uma pergunta com base no desconhecimento, porque estava eu a vir para a Assembleia Municipal e fui abordado por um transeunte que me refere que ontem teria estado em Mirandela a banda filarmónica dos Açores, conhecida pela “Banda Filarmónica Estrela do Oriente”, uma banda muito significativa, composta por 52 artistas e que me diziam que não foi divulgada, que ninguém soube se ela atuou ou não em Mirandela (eu não tive conhecimento). Esta pergunta impunha-se a cerca do dinamismo ou falta de dinamismo cultural da Câmara Municipal.

Senhor Presidente, não sei se isto é verdade ou não, mas que teria sido muito mal recebida, sem qualquer palco, a pessoa não sabia dizer ao certo onde é que ela atuou.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Senhor deputado Jorge Pereira, a Mesa quer transmitir a esta Assembleia, não embaraço, mas alguma dificuldade em gerir o tempo que o Regimento prevê no período antes da ordem do dia.

A Mesa, como testemunharam, dividiu o tempo, pediu e repetiu as suas inscrições e portanto as inscrições que vêm a meio deste período de antes da ordem do dia, criam alguma dificuldade de gestão.

Claro que a Mesa pode sempre usar o Regimento e pedir autorização aos Senhores deputados para prolongar por mais meia hora.

De qualquer forma, eu acho que devo fazer um apelo aos Senhores deputados para gerirmos bem o tempo, para o utilizarmos devidamente, para não criarmos embaraços.

Tem a palavra o Senhor deputado Jorge Pereira.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Senhor Presidente da Assembleia e demais elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Exm.ª Assembleia.

Confesso que não fazia a mínima intenção de intervir neste ponto da agenda da OT. Contudo ao ler a ata da última reunião, determinada intervenção, diz assim:

“Não podia deixar de falar aqui num assunto que me é pertinente a mim e que também em termos de militância política é importante.”

Numa atitude perfeitamente antagónica, a minha participação nesta AM tem-se pautado, não por uma questão de militância partidária, mas exclusivamente, por uma questão de Cidadania.

Não gosto particularmente, de aqui abordar assuntos que não sejam do âmbito do Município, contudo, face à situação política que o nosso País vive, e em contraponto à referida intervenção, achei oportuno partilhar com a Assembleia Municipal um artigo do Professor Paulo Morais, publicado na edição do jornal CM do passado dia 4 do corrente mês.

Diz assim:

“*Chumbo neles*

O programa de assistência financeira a Portugal já passou por cinco processos de apreciação por parte da troika. Até hoje não são conhecidos quaisquer resultados destas avaliações.

Seria expectável que no termo de cada avaliação, o Governo apresentasse publicamente, um relatório circunstanciado. Enunciasse as medidas já executadas, alcançando também os respetivos benefícios para Portugal. Simultaneamente deveria apresentar a lista das que não foram implementadas, os motivos do incumprimento e prejuízos que daí advêm, sem esquecer de informar, a bem da transparência, para onde são canalizados os milhões das sucessivas parcelas do empréstimo.

O facto é que não só não há relatórios, como também não há medidas estruturantes.

Passado mais de um ano não se reduziram as taxas milionárias garantidas aos concessionários das parcerias público privadas, não houve diminuição significativa das rendas exorbitantes pagas à EDP.

Também não se agilizou o sistema da justiça, das medidas previstas no memorando, afinal apenas se tomaram as menos relevantes, ou seja, aquelas que não beliscam os grandes interesses.

Entretanto, as privatizações correram mal com o processo de alienação da participação do Estado na EDP, a ser alvo de suspeitas por parte das autoridades judiciais.

Apesar deste nível inquietante de incumprimento, o dinheiro continua a jorrar aos milhões e a ser mal utilizado. O Estado também mantém quase intacta a sua capacidade de efetuar má despesa pública e em quantidades colossais.

A estrutura da despesa é racional, sendo mesmo, a maior fatia gasta em juros da dívida pública, que representam anualmente cerca de nove milhões de Euros. Com a cumplicidade da troika e do plano de assistência financeira a Portugal, dá suporte ao Estado Português, para que este sustente agiotagem.

Por outro lado e para cúmulo, o programa de assistência financeira, ainda apoia os bancos, concedendo-lhes empréstimos, ou até permitindo aumentos de capital com recursos públicos.

Os milhões dos sucessivos empréstimos, estão a ser erradamente aplicados.

Além disso, o memorando de entendimento nem sequer é cumprido, nas suas medidas mais primordiais.

Por mim, a avaliação está feita, chumbo para a troika e para o Governo”

Por mim, a avaliação está feita: chumbo para a troika e para o governo.”

Senhor Presidente da Câmara Municipal, para terminar, gostaria de lhe dirigir uma questão muito objetiva.

Qual a sua resposta às populações do Cachão, face a mais uma manifestação de indignação pela forma como as instalações da AIN foram transformadas numa lixeira a céu aberto.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

É só para informar que faltam cinco minutos para terminar o primeiro período de intervenção antes da ordem do dia. Há mais duas inscrições, que foram feitas depois da primeira inscrição, que vão usar, obviamente, da palavra.

Se forem sintéticos e rápidos, escusamos de propor ao plenário, mais trinta minutos. Depende da maneira como vão gerir a intervenção.

Tem a palavra o deputado Figueiredo.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e comunicação social.

Eu tinha aqui uma pequena introdução em relação ao que os Senhores Deputados foram dizendo, em relação a várias intervenções que realizaram.

Antes de mais é com grande satisfação, com grande apreço e regozijo da minha parte que vejo aqui o Senhor deputado Adérito Pires, que há muito tempo que não o via. Esse regozijo traduz-me também algum sentimento de revolta. Revolta porquê? Porque quando deviam estar, não estavam, talvez por afazeres profissionais ou por mera questão política à data.

Em relação a alguns Senhores Deputados que falaram tudo está mal e realmente está muita coisa mal. Eu concordo com aquilo que disseram, mas esse mal não é de 2011 ou 2012 (o mal que foi galopante aparece desde 2005). É um mal já com situações cancerosas e algumas sem retorno, que ao longo dos anos apareceram e que nunca ninguém fez a operação cirúrgica na devida altura.

Toda a gente fala de juros da dívida em relação aos países periféricos, que são uns desgraçados, e serem os. Se calhar ninguém estava sentado aqui nesta Assembleia, com o seu vencimento (eu próprio) no fim do mês, a minha escola não me pagava, porque não tinham dinheiro para me pagar, neste caso o Ministério da Educação.

Tão mal se fala da Alemanha e dos países “Ricos do Norte” e se calhar não tínhamos esse dinheiro para receber ao fim do mês e gostaria de ver como vocês andavam...aí é que andávamos a pão e água. Pão e água é um termo que eu ouvia falar muito ao meu saudoso pai, que era uma pessoa com uma grande perspicácia em termos políticos. Pão e água era aquilo que a Pide fazia, e o que faziam na Colónia Penal do Tarrafal.

É evidente que as pessoas viviam mal, o que não podemos colocar atrás das costas. E os tais juros da dívida de que toda a gente fala, Espanha, a Itália, Portugal, Irlanda, Grécia, etc., etc., os chamados “yildes” (juros da dívida). Ontem o Senhor Mário Dragi, como ouviram na televisão, e em todos os órgãos da comunicação social, com a explanação que ele fez, que eu achei deveras muito significativa, as taxas em 2011, estavam a 13%, quase 14 e as taxas a três meses estavam a 9%. Hoje, essas mesmas taxas estão a 5.6% e a 7.4%.

Portanto eu digo que há uma pequena luz ao fundo do túnel, a tal luz que não havia e que nunca existiu no tempo do Eng.º Sócrates. Essa é uma realidade que ninguém pode contestar, são os números que o dizem. da chamada “troika”.

Em relação àquilo que o Senhor Deputado Baltazar disse, que o Senhor Presidente só responde por escrito, isso não é verdade. O Senhor Presidente responde da maneira que tem de responder, por escrito, via email, dando entrevistas aos órgãos de comunicação social e presencialmente, e responde duma maneira sintética e objetiva. É o “líder” e essa situação, em termos de liderança, as pessoas não são todas iguais isso é mais uma questão de retórica. Não venha para esta Assembleia a criar artimanhas políticas e

provocações extras, que eu acho que não é nada dignificante para quem faz esse tipo de provocação/comentário.

Em relação à Senhora Deputada Fernanda Cerqueira, dizer que não conhece as aldeias, eu conheço-as, felizmente e gosto das pessoas que fazem parte desse torrão natal e contacto muito com elas. E só há uma maneira, é visitá-las. Não é só nas campanhas eleitorais.

Em relação ao Mapa Judiciário, eu apoio a sua proposta Senhor Deputado Adérito Pires, mas nunca vi o Senhor Deputado aqui nesta Assembleia a apoiar a proposta ou qualquer tipo de proposta, contra por exemplo ao encerramento do Hospital de Mirandela. Acho isso um pouco transversal e demagógico, em relação ao que eventualmente se poderia fazer, nesta Assembleia.

E para terminar, esses relatórios de juros da dívida portuguesa, com as situações que aqui foram colocadas, não é verdade o que dizem. Eu tenho que contrapor ao que me dizem, para eu dizer que não é verdade.

Eu estou a falar em relação aos juros da dívida portuguesa, que estão a afundar para novos mínimos, desde o pedido de ajuda que foi em 2011 feito pelo Secretário-geral do PS, o Eng.º Sócrates.

Vive-se mal, as pessoas estão mal, eu sei que estão mal, toda a gente sabe, o PSD sabe também que estão mal, mas só o imaculado PS, parece-me a mim que é cego, mas eu vejo qualquer coisa ao fundo do túnel, acho que à um horizonte. Não é vir para aqui com retóricas disparatadas. Muitas vezes, fala-se, fala-se e resumindo, a montanha pariu um rato. Porque se não me pagarem o meu salário, e o dinheiro, se os não euros não vierem do BCE do FMI e EUROGRUPO, a chamada "troika", eu não recebo ao fim do mês. Essa é que é a realidade, o resto é tudo retórica, tudo deitar para fora sem pensar. E Porquê? Porque estão agora na oposição.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Permitam-me só acrescentar mais outra questão.

Como devem calcular, não é fácil para a Mesa avaliar as intervenções ou o conteúdo das intervenções dos deputados municipais, o que é relevante, o que é irrelevante, o que pode ser dito ou não pode ser dito. Entendam que não é fácil, não exijam isso da Mesa. Penso que a responsabilidade terá que ser do deputado municipal, de forma a que a sua intervenção se enquadre no respetivo ponto a discutir.

Não há nenhuma atitude discriminatória ou de favor relativamente a ninguém. Que isso fique bem claro. Tem a palavra o deputado Paulo Pontes.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Exm.º Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, comunicação social e público em geral.

Bom dia a todos.

Antes de mais, quero fazer uma justificação. Peço desculpa à Mesa mas entendo que a Mesa compreende que muitas vezes nós não temos intenção de falar. No calor da discussão muitas vezes nos obrigam a necessitar de usar da palavra. Também, que me lembre, mesmo de outros mandatos, nunca excedi o tempo limite para poder falar e hoje vou proceder da mesma forma.

Não vai ser uma resposta, mas foi-me lançado um repto, ao qual tenho que responder.

Falou-se muito em diálogo, que há falta de diálogo, mas eu acho que não podemos ficar em nossa casa, à espera que o diálogo vá ter connosco. Também temos que o procurar, se estamos interessados nas situações concelhias. Foi dito que não se conhecem as aldeias «refiro-me à Senhora Deputada Fernanda Cerqueira».

No que se refere ao Franco, a Junta de Freguesia, oficialmente, está aberta todos os domingos, das 14 h. às 20 h. e até à hora que ainda estejam lá pessoas. Já estive lá até à meia-noite e até mais tarde.

Durante os dias da semana, poderá estar aberta ou não, de acordo com as solicitações que me são feitas e nunca ninguém deixou de ser atendido, mesmo nos dias de semana.

Portanto, se quer diálogo, eu convido-a a ir um dia à Junta de Freguesia do Franco e mostro-lhe todos os meios que eu tenho, quer económicos, quer humanos e depois com o seu diálogo, a gestão da Junta de Freguesia do Franco, os trabalhos da Junta de Freguesia do Franco e o desenvolvimento da Junta de Freguesia do Franco, tenho a certeza que vão ser completamente diferentes.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Não havendo mais inscrições, passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, para responder, por favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito bom dia a todos.

Gostava de saudar em primeiro lugar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, todos os Deputados Municipais e os Senhores Vereadores que me acompanham. Desejar a todos um bom dia e uma boa jornada.

Vou tentar responder de forma sintética, às questões que me foram colocadas, que são diretamente relacionadas com esta Câmara Municipal e que de alguma forma tenham objetividade na pergunta e eu possa aqui responder, não por escrito, mas presencialmente.

Assim, começo por dizer ao Senhor deputado Faustino que esses documentos foram enviados em primeiro lugar e numa primeira fase aos Senhores Deputados do CDS/PP. Admito e já admiti em reunião de Câmara o atraso no envio mas também lhe posso garantir que foi a primeira vez que foram enviados de forma compilada conjunta e estruturada.

As intervenções que fez referentes a algumas empresas e associações, tenho que ser levado a concordar com elas. Hoje em dia temos um díspar de associações, que quase nos deixa sem agenda para podermos responder a todas. Umas são impostas por reestruturações, outras são-o por programas, posso-lhe garantir que algumas estão previstas, ainda não foram implementadas, mas se calhar vão ter que aparecer. Dou o exemplo da Rede Cidades Ecocitras que tem prevista mais uma agência, que ainda não foi implementada mas que brevemente vai ter que o ser.

De qualquer forma, estou disposto a responder a todas as perguntas concretas sobre essas empresas e dizer-lhe que a data dessa ata é a da Assembleia, não significa necessariamente que é a data em que a ata foi concretizada.

Como têm experiência em empresas e outras instituições, sabem que a ata tem um timing diferente da data a que a ata se refere. É um exemplo claro, o desta Assembleia.

À Senhora Deputada Rita Messias dizer-lhe que esse debate é interessante e um desafio que lhe faço. Estamos numa Assembleia Municipal. Acho que seria interessante a «aprendizagem ao longo da vida» é um assunto que nunca está encerrado e numa população envelhecida, se calhar é o principal tema do dia de hoje. A minha disponibilidade, e julgo que desta Assembleia, para debatermos, especificamente esse tema e julgo que tem todas as qualificações e todos os contactos, para fazer desse tema um debate interessante, pragmático e porque não, até participado por todas as entidades.

Ao Senhor Deputado Baltazar Aguiar, dizer-lhe que os seus temas são sempre os mesmos... Senhor Eng.º já nem lhe vou responder sobre a fibra ótica porque se formos ver as últimas atas da Assembleia (já não é desde que eu sou Presidente) parece que os temas se repetem. Sei que o Senhor deputado tem interesse por esses temas, mas chega a uma altura que cansa, dar respostas por escrito ou sem ser por escrito.

Às vezes sou acusado aqui, de não estudar, não preparar os temas e lamento que as acusações que me façam, sejam feitas sem esse estudo. Gosto de utilizar aquilo que eu penso, acho que é importante, mas também gosto de usar o que os outros pensam.

Se me permitem gostava de usar aqui um pensamento de alguém, que eu tenho em consideração e com o qual tenho de comungar.

Diz assim:

“Deixem-me sonhar também e sonhar conjuntamente, com todos os que estão, certamente, nesta sala. “Era nesta sala.” Sonhar que Mirandela, que é reconhecida como a cidade da Alheira, que é reconhecida, em termos de marca também e cada vez mais e se não o é, sê-lo-à rapidamente também como azeite. Eu queria sonhar também com todos, que Mirandela fosse futuramente reconhecida como a cidade da saúde. E que este cluster da saúde e quando se pensasse em Mirandela, dissesse-mos: Mirandela é “Alheira”, é “Azeite” e é “Saúde”. A Saúde, pela excelência e que Mirandela, como capital da Terra Quente, congregasse todos aqueles que precisassem de saúde nesta região.”

Eu subscrevo claramente, tudo o que aqui está dito e oiço com atenção, muito do que é dito nesta Assembleia: assento e recupero. E tenho que dizer que eu subscrevo e respeito esta intervenção e não a utilizo de forma agressiva. Antes pelo contrário, reconheço, porque está aqui plasmada a opinião de quem a produziu, o “Eng.º Baltazar Aguiar”, aqui nesta mesma Assembleia.

Quando a sua opinião é transmitida desta forma honesta, significa que as outras questões associadas ao que estamos a falar, não têm nada a ver.

Então, vamos ser concretos: “Hospital Terra Quente”. Acho que era muito importante que antes de se fazerem acusações, se obtivessem formações.

A formação a que aludem e que foi já aludida também numa intervenção na Câmara Municipal, foi uma formação produzida, paga e dinamizada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, não foi pelo Hospital Terra Quente.

Nessa formação estavam colaboradores do Hospital Terra Quente, podendo eventualmente estar também outros colaboradores, porque é um processo realizado em conjunto com o Instituto de Emprego, que tem acompanhado constantemente todos os processos, repito: “constantemente todos os processos” de contratação.

De facto, há uma certa confusão em relação à formação que foi produzida para colaboradores, também do Hospital Terra Quente. Hoje mesmo há formação no Hospital Terra Quente, que não tem estas características mas a verdade é que esta formação e com estas referências a subsídios de alimentação, deve haver aí uma grande confusão, porque o Hospital Terra Quente, neste momento, tem oito colaboradores, com os devidos contratos perfeitamente legais.

É verdade que estão a ser realizados processos de seleção, com informação e acompanhamento do Instituto de Emprego e Formação Profissional, dentro do que a lei permite.

Portanto, quando se fazem estas acusações, é preciso ter algum cuidado, porque está em causa o Presidente do Conselho de Administração, que neste caso é Presidente da Câmara e é político. Estão em causa empresários, responsáveis, técnicos, que acompanham este processo e que no fundo estão a ser publicamente acusados de más práticas.

Antes de fazerem acusações, deviam-se informar devidamente, em vez de usarem a chicana política para prejudicarem um equipamento, deviam principalmente, apoiar.

Contrariamente ao que foi afirmado, que o Hospital Terra Quente nunca seria concretizado, nunca ia ser construído nem posto em funcionamento, era um flock que já esteve não sei quantas vezes na falência é que felizmente que ele vai arrançar este mês, de forma gradual, de forma faseada. Gostaríamos que houvessem lá 300 postos de trabalho, 500 ou até 1000, mas na verdade, o que está a ser feito é de forma gradual.

Aliás, um empresário como o Senhor Eng.º Baltazar, sabe bem, como eu, que as coisas são feitas com alguma calma, com alguma segurança, sabe do que eu estou a falar e certamente quem o infirmou, informou-o mal e portanto fica feito o esclarecimento.

Neste momento, contratados, com contrato devidamente registado, existem oito colaboradores, que podem ser até ao final do mês muitos mais.

O processo a que se referem, essa questão do subsídio de alimentação, ou de pagar a alimentação, estão a referir-se a uma ação de formação que foi publicitada, onde estavam colaboradores do Hospital Terra Quente. É verdade mas também outras pessoas que não eram colaboradores do Hospital Terra Quente e que alguns deles até poderão vir a ser, tal como em outras sessões que são realizadas. Não vamos confundir uma coisa com a outra

Em relação à TECSAM, ainda me deixa mais confuso.

Eu produzi uma informação escrita, exatamente para ficar registada, à Senhora Vereadora do PS.

Nessa informação escrita, eu disse que em 2013 serão realizados os bungalows.

A Senhora Vereadora pediu as datas das reuniões e é isto que lhe falta dar, porque a outra informação está escrita. Eu tenho a informação escrita que foi entregue à Senhora Vereadora e se quiser posso dar-lhe uma cópia.

Atenção...não vamos misturar os assuntos. O prazo é 2013, repito “o prazo é 2013”, que está escrito nos últimos parágrafos dessa informação. Só não estão lá as datas das reuniões com os empresários.

Dizer à deputada Fernanda Cerqueira, que fico feliz por entrar neste debate, por vezes tão solitário, das questões regionais de agricultura e desenvolvimento rural.

Certamente que nesta sala temos pessoas que a podem esclarecer sobre esse tema, mas não eu, que não sou técnico. Mas temos técnicos de grande qualidade nesta sala, nesta Assembleia, que conhecem muito bem a fileira e podem falar sobre ela muito melhor do que eu e dar-lhe dados, por exemplo, que temos na região 120 lagares a funcionar neste momento. Mas sugeria-lhe que nos dias, 15, 16 e 17 de novembro, frequentasse esta sala, teremos cá o Simpósio Nacional de Olivicultura, uma ocasião que acontece apenas de três em três anos e iremos debater estas situações.

Curiosamente, a Suduol processa os bagaços desses lagares e se não houver Suduol, os lagares param. Quando falamos em desenvolvimento rural, desenvolvimento local, temos que entender que existe uma fileira com os seus variados elementos, que é onde termina o processo «neste caso» de tratamento dos bagaços dos lagares. Se não houver Suduol, se não houver outras empresas semelhantes, para o processo.

Esta empresa que já funciona há diversos anos no Cachão, que já fez vários investimentos e que tinha uma licença de laboração até ao dia 21 de agosto, está a processar elementos da nossa região, do tal desenvolvimento rural, que defende.

É verdade, que caso diferente é a Mirapapel.

Aproveito já para responder ao Jorge Pereira, para não me repetir.

A Mirapapel tem uma unidade no Complexo Agroindustrial do Cachão há largos anos e neste momento fez um armazenamento excessivo de um produto de reciclagem que é a área em que essa empresa trabalha. A empresa teve necessidade de fazer esse armazenamento, tal como aconteceu na unidade que tem na entrada de Mirandela.

Existiu um problema na operação dessa empresa, que levou a esse armazenamento excessivo. A Câmara Municipal reuniu com o empresário, transmitiu-lhe o que tinha que acontecer e o empresário pediu-nos algum tempo para resolver o assunto e é o que estamos a fazer. Não é uma situação permanente, nem para se manter, não é uma armazenagem permanente. É uma situação pontual, que foi devidamente avaliada, que foi devidamente notificada e acompanhada todos os dias, porque efetivamente houve um problema de aprovisionamento em excesso.

Também me surpreende, porque a água não tem nada a ver com a poupança, já tive a oportunidade de o dizer. Tem a ver com o simbolismo da água de Mirandela, que sai da torneira, poder ser bebida sem problemas. É um conceito ambiental não tem nada a ver com a poupança. É um efeito de sensibilização ambiental. A água que eu bebo aqui é a água das torneiras de Mirandela e a água das torneiras de Mirandela, tem qualidade. É o que eu afirmo, não tem nada a ver em poupar dez cêntimos, ou cinco

cêntimos numa garrafa. Não tem nada a ver com isso. São conceitos completamente diferentes que têm a ver com a formação e sensibilização ambiental.

Em relação à Escola Profissional Agrícola de Carvalhais, sobre a questão do Metro, certamente estará mal informada. O Metro tem horários, que são diários. O que acontece às vezes, são problemas com o desdobramento de horários, que tem a ver com os outros transportes escolares, no entanto, isso foi assumido, há já algum tempo. A Escola Profissional Agrícola não é de responsabilidade municipal, mas é assumido que não há aulas em nenhum estabelecimento, nas quartas e sextas-feiras, o que significa que não há desdobramento de transportes. Isto é, não há transportes ao meio-dia, de sexta-feira e ao final do dia terminou e foram as recomendações que demos, porque senão tínhamos que pagar duas vezes esses transportes.

Ao Dr. Adérito, saúdo-o pelo facto de o ver nesta Assembleia, porque há anos que aqui participa e não tem acompanhado propriamente este mandato, pelo que gostava de ma associar à saudação de o ver cá, independentemente de estarmos em bancadas políticas diferentes e é bom haver o alargamento do debate.

Sobre a reforma judicial, sabe, porque também esteve presente, como eu estive presente, na reunião com o Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, que propôs nessa reunião, em primeiro lugar a constituição de um grupo conjunto entre Câmaras Municipais, neste caso Autarquias e a Ordem e a elaboração de um documento conjunto da reforma judicial e julgo que está a ser elaborado pela equipa técnica, em total alinhamento com o que aqui foi transmitido.

A Câmara Municipal está em total alinhamento com a Ordem dos Advogados na defesa do que é o Tribunal de Mirandela mas também os da região, porque isto não se resume essencialmente aos problemas do Tribunal de Mirandela. Devemos ser solidários também na defesa dos tribunais dos nossos colegas.

Neste momento o documento está em debate e têm sido apresentadas algumas solicitações. Tive uma reunião «que tive a oportunidade de transmitir ao Dr. Adérito» com a equipa técnica do documento, ao que, infelizmente se acrescenta zero. Foi apresentado um documento devidamente elaborado, também com a colaboração da Ordem dos Advogados.

Aguardamos a elaboração deste documento comum de trabalho, da Ordem dos Advogados e das Autarquias. A ideia é apresentar esse documento como alternativa ao documento da Reforma Judicial que foi proposto e naturalmente que estamos alinhados com aquilo que aqui foi dito pelo Dr. Adérito.

Em relação à Banda do Oriente, não estou a perceber muito bem. Ontem, recebi aqui formalmente e institucionalmente essa banda, foi uma digressão organizada pela Agência Vale do Tua. Havia cartazes espalhados, foram eles que fizeram a promoção.

Tive oportunidade de os acompanhar de princípio a fim. Estivemos num convívio magnífico no Romeu, bastante participado, muito agradável, foi uma jornada muito interessante.

Quanto à divulgação, existiam cartazes em vários locais, mas se houve algum erro, peço desculpa.

Repito, é uma digressão, estiveram em Mirandela, amanhã estarão em Carrazeda e em Arnal, sábado em Vila Flor...estará nos cinco Municípios da Agência Vale do Tua.

Ao Jorge Pereira já respondi, vou repetir outra vez, para que fique claro.

Em relação ao Cachão, existe neste momento uma questão de aprovisionamento em excesso, dum résido em específico. O empresário foi notificado, foi informado e neste momento estamos a trabalhar com ele para acabarmos com essa situação.

A Suduol, é uma fábrica que há vários anos labora no Cachão, tem tido acompanhamento contínuo de todas as entidades. Foram feitas intervenções, mas é preciso ter em conta que é uma unidade fundamental para a sustentabilidade da fileira olivícola, bem como outras que existam na região.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de entrarmos no Período da Ordem do dia, temos aqui a moção para votar. Talvez seja conveniente ler os dois pontos fundamentais.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

A Moção foi apresentada pelo Senhor deputado Adérito Pires e propõe o seguinte:

“1 – Que todos os tribunais do Distrito de Bragança se mantenham em funções;

2 – Que o Tribunal de Mirandela se mantenha como Tribunal de Comarca e de Círculo e aqui sejam tramitados e julgados os processos ordinários e os de natureza criminal com intervenção do Tribunal Coletivo.”

Não sei se alguém quer intervir sobre este ponto?

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Eu compreendo o espírito da moção e sou favorável, só que como diz que fique tudo assim e não se mexa em nada, então não há evolução.

Se há uma comissão a estudar, aceito que há propostas a fazer, vamos ver o que é que virá daí. Que se altere só depois de decidir.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então votar.
Quem vota contra? 0
Quem se abstém? 3
Quem vota a Favor? 57

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a Moção apresentada pelo Deputado Municipal, Adérito Pires.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem é que se inscreve? Mais inscrições, Senhores deputados.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Estão inscritos os seguintes deputados municipais:
Odete Ferreira, Jorge Pereira, António Figueiredo e Faustino Cunha.

Deputada Municipal Odete Ferreira, (PS):

Muito bom dia, Exm.º Senhor Presidente da Assembleia e demais presentes nesta sala.
Uma saudação especial, após este período de férias.

Eu vou tentar não falar do que está mal em termos nacionais e que é transversal à Europa. Há imensos problemas que não são só de Portugal, mas são transversais a uma Europa, que quase podemos dizer, “um pouco envelhecida.” Não vou tocar nesse aspeto, porque, uns mais outros menos, têm a informação suficiente, do que se passa pelo mundo. Nem que seja pelas notícias da televisão, sabem que apenas ouvindo, há muita coisa que escapa aos nossos ouvidos.

Concretamente, vou falar sobre Mirandela e a Informação do Senhor Presidente.

Continua a vir bastante relatado aquilo que se vai passando pelo concelho, ao que de certo modo já me habituei e escuso de ler a Agenda de Mirandela e dá-me especial prazer, ler esta Informação.

Embora eu acompanhe as atividades (pode não ser em presença) que vão decorrendo.

Quase sempre contrariamente ao que já foi aqui dito por um deputado, eu até louvo aquilo que é de louvar. E louvo que venham nesta informação referidos os pontos: área da Educação / Formação; área Social e área ambiental. Há outros aspetos em que eu não estou tanto à vontade e não tenho que me pronunciar.

Regozijo-me com o que é referido na área da Educação e a minha bancada congratula-se igualmente, pela referência a atividades ou projetos que foram levados a efeito, não diretamente por esta Câmara, mas de qualquer maneira estando envolvida e que faz a devida relevância, no que respeita à questão da participação da Esproarte, na sessão solene da entrega de prémios da Fundação Elídio Pinho. A referência ao capital humano de jovens Mirandelenses, como o jovem “David Martins” do 10º Ano da Escola Secundária de Mirandela, que venceu a medalha de ouro, nas Olimpíadas de Matemática.

O Rafael Teixeira, que foi convidado pela Fundação Calouste Gulbenkian – felizmente que ainda temos fundações de índole cultural sem fins lucrativos, de longas décadas e que continuam a promover a formação e a aposta no capital humano – a estar presente no London International Youth Science Fórum.

Não estive presente na última Assembleia, por motivos de trabalho, estava a classificar provas nacionais de 6.º Ano, mas sei que foi produzida pela bancada do Partido Socialista, uma intervenção sobre a Escola de Turismo de Mirandela, que não estaria a aceitar inscrições e é verdade, confirmei que não estava. Congratulo-me que tivesse mexido, embora a questão dos custos, mas se nós queremos e eu sou a favor, se Mirandela se quer projetar e está a ser projetada no âmbito do turismo, pelas suas belezas naturais, área de serviços, área de hotelaria, etc. Acho muito importante que se aposte e que a Câmara tenha protocolizado estes cursos.

Também louvo o protocolo que foi encetado com a Direção Geral de Reinserção Social e o Município.

Infelizmente, temos muitos jovens já com medidas tutelares educativas e eu sou a favor da integração. São muitos jovens que têm direitos de oportunidades e esta inserção na comunidade.

A questão da semana da juventude e do desporto, que está aqui referida e que vai ocorrer.

Tinha que dar esta achega.

Não vejo aqui, por parte da Câmara Municipal uma política e uma estratégia definidas, na área da juventude e gostaria de ver.

Nós temos muitas coletividades que dão o seu melhor para a ocupação dos nossos jovens, mas eu gostava de saber quantos jovens frequentam essas coletividades, em que horários, atendendo até a quer as escolas vão estar sem atividade letiva às quartas de tarde e à sexta de tarde, até que ponto a Câmara não pode puxar horários de ocupação para mais cedo e não para o final da tarde, motivar até famílias, porque há famílias que se desleixam um bocado e se calhar essas crianças e jovens até passam tardes sei lá aonde.

Enfim, penso que terão percebido o alcance do que quererei dizer.

Na área social, fiquei agradavelmente surpreendida por um lado e por outro lamento que haja necessidade disto. Mirandela tem cantina social. Sabemos porque têm que estar a ser encetadas estas políticas, sabemos que há famílias a viverem muito mal, já nem falo das que viram os seus ordenados com cortes substanciais.

Na área ambiental, louvo a colocação dos novos oleões e uma palavra para a Mirapapel, no sentido meritório de reciclagem com jovens, utentes da APPACDM. Tudo que seja em prol de crianças e jovens, sou a favor.

Mas está no tempo de aproveitar o que temos, porque não há dinheiro, é um facto, mas há coletividades instaladas em Mirandela, vamos rentabilizá-las em favor das crianças e jovens de Mirandela.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Bom dia Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Venho aqui só para referir uma situação que a Senhora deputada Patrícia Bernardo, apresentou na última Assembleia Municipal, sobre a Escola de Hotelaria.

Vou ler um pequeno texto.

Diz a Senhora deputada municipal:

“Faço pois esta intervenção, com o receio que os boatos que grassam pelo concelho, correspondam a mais uma machadada no nosso progresso. Consta-se que a Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela, sito em Carvalhais, não está a aceitar alunos para a frequência do próximo ano letivo, no âmbito de um primeiro ano de curso.

Estaremos, meus Senhores e minhas Senhoras, à espera de ver fechar mais uma instituição do nosso concelho, no prazo de dois anos. Estaremos à espera de braços cruzados, de ver os nossos jovens sair para a Escola Profissional da Régua ou para a Hotelaria em Lamego, etc. etc.”

Felizmente que essa situação não aconteceu. Felizmente que temos um Presidente que realmente, não responde por escrito, mas resolve os problemas. Vai à luta e é isso que os Mirandenses precisam. Não baixa os braços.

Estamos a um ano de eleições e a “propaganda política” já começou para que os “agentes políticos” comecem a movimentar tendências, ou melhor a dar “ordens.”

Vou também, aqui falar um pouco sobre o que foi possível e o que o Senhor Presidente fez e daqui lhe presto homenagem e aos Senhores Vereadores, penso que talvez com a intercedência e ajuda também dos Senhores deputados do PS e das outras forças políticas aqui representadas...mas foi possível abrir a escola e as inscrições para novos cursos, na Escola de Hotelaria, que agora é designada por EPPBEPM Mirandela -Escola Protocolada do Município de Mirandela, no Âmbito do Processo de Reestruturação da Rede de Escolas de Hotelaria e Turismo, Portugal EP, Escola de Turismo de Mirandela.

E daqui deste palanque, para que toda a gente me ouça bem, dou os meus sinceros parabéns a um jovem Mirandense, de quem a Senhora deputada Odete falou aqui também, um Pasteleiro que tirou aqui o curso na Escola de Hotelaria de Mirandela, fez estudos avançados em pastelaria, na Escola de Óbidos.

De bagagem foi para Paris e hoje é considerado um dos maiores pasteleiros, num hotel de cinco estrelas, em Paris. Portanto, Mirandela responde a esse processo de globalização, quer queiramos, quer não.

A atitude e o carinho com que o Senhor Presidente acompanhou este processo, merece da minha parte um agradecimento, como Mirandense, porque eu quero tudo para a minha terra.

Também uma palavra para a Senhora deputada Odete a propósito das fundações. É verdade que as fundações não têm sido grande coisa, mas há fundações e fundações e se quiser eu indico-lhe uma fundação “nobre e gastadora” por exemplo a da Cidade de Guimarães.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o Senhor deputado Faustino Cunha.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia.

Em relação à Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, eu apenas queria explicitar “na parte do noticiário” que é a primeira parte. O Município de Mirandela adere ao projeto “A Minha Rua”.

Isto é um português tão fechado, tão complexo, que eu não consigo perceber. Mas será a janela da oportunidade para se ter um provedor do município? Se calhar é.

No que respeita ao jovem Mirandense que ganhou as medalhas de Matemática, a Câmara já o distinguiu com alguma cerimónia, ou alguma atitude especial?

Em relação à situação financeira do Município de Mirandela, os compromissos assumidos e não pagos, dezanove milhões e oitocentos mil, vai-nos remeter para o Plano de Saneamento Financeiro.

Vou deixar uma alerta, é que estamos com um plano de execução do orçamento, no que respeita à arrecadação da receita, 25%. No que respeita à despesa paga, 24%. Só que os compromissos assumidos já vão 32.836.125,00 Euros.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Independentemente de um conjunto de informações com as quais me congratulo, este documento tal como já referido noutras ocasiões, talvez numa tentativa de mostrar serviço, relata um conjunto de iniciativas, para as quais o Município teve intervenção zero

Muita destas iniciativas, oriundas da Sociedade Civil, a Câmara Municipal acaba por ir a reboque dos seus promotores.

Contudo, sou tentado a afirmar, talvez por esquecimento, ficou por referir a mudança de local da loja gourmet, e refiro isto, porque há cerca de 3 anos, esta loja teve honras de primeira página na imprensa regional, como algo de muito importante se tratasse para Mirandela. Acontece que, com esta mudança, a tal loja gourmet, ficou reduzida a uma simples vitrine de exposição de artesanato e publicações regionais.

Já agora, se tal fosse possível, gostaria de saber quais as vantagens que a referida loja gourmet representou para Mirandela.

Sobre a homologação dos 3 percursos pedestres, gostaria de dizer o seguinte. Congratulo-me naturalmente com a iniciativa, até porque um deles, inclui Frechas no roteiro. Só que Senhor Presidente, levar os visitantes a Frechas e depararem com a Praça do Pelourinho naquele cenário verdadeiramente dantesco, é no mínimo desolador.

Senhor Presidente, depois de aqui ter referido as situações que em torno do Pelourinho, que é urgente reparar, e na sequência da sua resposta, procurei, junto dos confinantes do muro, saber da real situação, acontece que, contrariamente aquilo que o Senhor Presidente me respondeu, os confinantes não receberam qualquer proposta de recuperação partilhada.

Assim, tenho que colocar 2 questões concretas e objetivas:

Foi ou não proposta a recuperação partilhada do muro?

O Município vai continuar a permitir a manutenção desta situação?

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições neste primeiro ponto, não sei se o Senhor Presidente quer fazer algum comentário sobre estas intervenções.

Presidente da Câmara Municipal:

Sobre as perguntas que foram realizadas e no que respeita à Cantina Social, foi ativada no dia em que foi assinado o Protocolo, pelas duas instituições que prestam esse serviço, que são: o Centro Paroquial e Social de Torre D. Chama e a Santa Casa de Misericórdia.

O que existe são 65 refeições que são distribuídas pelas pessoas que são indicadas, - nos termos de um Regulamento que existe – pela Segurança Social. Estão a funcionar desde o dia em que foi celebrado o Protocolo.

Quanto à Semana da Juventude, dizer que está a ser preparada uma “Semana da Juventude”.

O seu objetivo é lançar o debate, haver um conjunto de fóruns e atividades que lance uma das questões que tem sido levantada aqui por um jovem do CDS/PP, é a questão do Conselho Municipal da Juventude. Nessa semana haverá um conjunto de atividades, para se fazer o lançamento desse tipo de iniciativas.

Muito brevemente vai ser publicado o Programa da “Semana da Juventude”, que poderão consultar.

Sobre o Projeto “A Minha Rua”, é um projeto de participação pública nacional. Aderimos a este, como aderimos a outros e são veículos de receção de elementos de participação pública.

Em relação às homenagens, estamos a preparar uma homenagem global, com um conjunto de entidades, que ocorrerá, em princípio, no dia da cidade.

Quanto aos Compromissos Assumidos, eles representam aquilo que hoje em dia fazemos para a adaptação à Lei dos Compromissos na perspetiva do que a lei nos obriga a fazer.

Ao Jorge Pereira, respondo sobre a Loja Gourmet, que a localização da anterior loja demonstrou que não tinha o funcionamento e a dinâmica adequados e foi proposta a sua mudança para um espaço, junto do Posto de Turismo. Neste local vai ter uma dinâmica diferente e outra capacidade de intervenção, com a participação de outros parceiros, que foram os objetivos dessa loja.

Em tempos funcionou como Posto de Turismo e neste momento irá funcionar como elemento de dinamização dessas fileiras, ligadas ao Posto de Turismo e num ponto de passagem importante para os turistas que nos visitam.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Senhor Presidente, Senhores deputados.

Quero fazer um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara.

Não tive acesso aos documentos que foram enviados, só tive acesso à Convocatória, mas vi na página da Câmara Municipal a homologação de três percursos pedestres no concelho.

Não sei quais foram os critérios que presidiram à seleção desses três percursos, mas veio-me à memória - o Senhor Presidente lembrar-se-à também - que em 2001, era o Senhor Presidente Vereador, eu estava por coincidência aqui na Câmara numa ação de formação da Federação Portuguesa de Percursos Pedestres, que culminou com um percurso no Franco e que os formadores acharam aquele percurso muitíssimo interessante e não sei o porquê de não ter sido selecionado esse percurso.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores deputados.

Venho dizer apenas ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Franco que nós candidatámos sete percursos. Estes são os três que estão homologados e esperamos que brevemente tenhamos outros a ser homologados também. Este processo é evolutivo e estes foram os primeiros mas virão os outros. Temos sete candidatados, um deles é esse. O que temos feito é verificar esses percursos, primeiro de forma informal, depois verificá-los com as entidades que podem efetivamente registá-los e depois homologá-los.

Neste caso são três homologações, isto é, estão devidamente homologados, como já disse, temos sete candidatados e esperamos até aumentar o número. Há vários percursos pedestres que já são correntes.

Este processo é evolutivo, não se fecha nestes três e acreditamos que o do Franco também será homologado.

PONTO 4.2 - _PROJETO DE REGULAMENTO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 02 de julho de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor (4 dos membros do PSD e 2 dos membros do PS) e 1 abstenção do membro do CDS/PP, conforme proposto:

1 – Aprovar o Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mirandela;

2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos ao Ponto 4.2, Projeto de Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mirandela.

Senhores deputados, as vossas inscrições.

A Mesa não regista inscrições, pergunto ao Senhor Presidente se quer usar da palavra.

Então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 3

Votos a Favor, 49

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 52 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 3 abstenções e 49 votos a favor, aprovar Projeto de Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mirandela.

PONTO 4.3 – ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E TURISMO DE MIRANDELA – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de julho de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a adjudicação da empreitada Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela, objeto do contrato ao concorrente CARI Construtores, S.A (Grupo DST);

2 – Aprovar a realização da despesa, no valor global de 4.369.803,06 € (quatro milhões trezentos e sessenta e nove mil oitocentos e três euros e seis cêntimos);

3 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.3, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela – Adjudicação da Empreitada.

Inscrições por parte dos Senhores deputados.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A pergunta que vou fazer é extensiva a outras autorizações. É se de acordo com a lei atualmente em vigor, esta adjudicação de empreitada pressupõe custos e se estes custos já estão devidamente salvaguardados, na medida em que se pede que dentro de três meses haja disponibilidade para dar resposta a estes custos.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Mais uma vez, regozijo-me com esta situação.

Vamos ter um edifício novo, com uma identidade própria. Há muitos anos andamos atrás desse edifício, que é a sua adjudicação em termos de empreitada.

É evidente que esta adjudicação em termos de empreitada, tem de estar em consonância com a lei dos compromissos, senão não podia ser empreitada. Tem que ser pago nesse prazo, dos noventa dias.

E é mais uma dinâmica sustentável para a nossa cidade. Para a cidade de Mirandela, para a nossa região e eu até diria para o nosso País.

Mais uma vez me congratulo com esta situação, com a luta e com os fracos recursos que a lei dos compromissos pôs em relação a todas as Câmaras e com a dinâmica do Presidente, que conseguiu colocar a obra em concurso, em termos de adjudicação de empreitada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não registamos nenhum pedido de esclarecimento de intervenção.

Senhor Presidente?

Presidente da Câmara Municipal:

Vou fazer apenas uma intervenção e esclarecer que serve para os três pontos seguintes:

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, determina um conjunto de procedimentos.

Um deles é a deliberação sobre o faseamento das despesas e é essa autorização que hoje estamos aqui a realizar. Isto implica que essas despesas tenham comprovativo, nomeadamente associado a fundos comunitários e a receitas municipais e ao registo final, ao que antigamente se determinava como um cabimento, que era um procedimento bastante vulgar em termos contabilísticos, hoje em dia tem este conjunto de procedimentos, que acontece com esta proposta e com as seguintes.

O registo do compromisso é feito em função do comprovativo dessas receitas, no caso de fundos comunitários ou outros.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade: 1 – Aprovar a adjudicação da empreitada Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela, objeto do contrato ao concorrente CARI Construtores, S.A (Grupo DST); 2 – Aprovar a realização da despesa, no valor global de 4.369.803,06 € (quatro milhões trezentos e sessenta e nove mil oitocentos e três euros e seis cêntimos).

PONTO 4.4 - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS, DESIGNADAMENTE GASOLINAS E GASÓLEO – RELATÓRIO FINAL.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de julho de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar todas as propostas contidas no presente relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação, em cumprimento dos números 3 e 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos;
- 2 – Aprovar a adjudicação da prestação dos serviços objeto do contrato, ao concorrente Repsol aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- 3 – Aprovar a realização da despesa, no valor global de 301.827,20€ (trezentos e um mil oitocentos e vinte e sete euros e vinte cêntimos) valor ao qual acresce 69.420,26€ (sessenta e nove mil quatrocentos e vinte euros e vinte e seis cêntimos), referentes ao imposto sobre o valor acrescentado, à taxa em vigor, o que totaliza 371.247, 46€ (trezentos e setenta e um mil duzentos e quarenta e sete euros e quarenta e seis cêntimos), nos termos do estabelecido na alínea b), n.º 1, do art.º 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho;
- 4 – Aprovar a assunção do compromisso, em cumprimento do art.º 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- 5 – Aprovar a minuta do contrato, que se anexa, nos termos do disposto no artigo 98.º do CCP;
- 6 - Delegar no Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg.Subst.), Dr. *João Paulo Mendes Fraga*, para, em representação da Câmara Municipal de Mirandela lavrar o contrato escrito, nos termos do n.º 1, do art.º 109.º, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, datado de 01 de março de 2012;
- 7 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas e gasóleo, Relatório Final.

Senhores deputados, as vossas inscrições. Não há inscrições. O Senhor Presidente quer dar alguma informação? Também não.

Vamos então votar. Quem vota contra? Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar os pontos, 1, 2, 3, 4, 5 e 6, que constam na deliberação da Câmara Municipal.”

PONTO 4.5 – Recuperação e Qualificação Urbanística da Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários – Relatório Final e Adjudicação da Empreitada.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de julho de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar todas as propostas contidas no presente relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação da empreitada “Recuperação e Qualificação Urbanística da Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários”, em cumprimentos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos;
- 2 – Aprovar a adjudicação da empreitada, objeto do contrato, ao concorrente Norcep, Construções e Empreendimentos Lda.;
- 3 – Aprovar a realização da despesa, no valor global de 619.602,02€ (seiscentos e dezanove mil seiscentos e dois euros e dois cêntimos);
- 4 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores deputados, a Mesa aguarda o registo ou o pedido de intervenção. Não há.

O Senhor Presidente da Câmara quer dar uma informação? Também não.

Vamos então votar.

Quem vota contra? Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar todas as propostas contidas no Relatório Final, conforme descrito nos pontos 1, 2 e 3 da deliberação da Câmara Municipal

PONTO 4.6 - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO NO ÂMBITO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL – PARQUE AMBIENTAL DO NORDESTE TRANSMONTANO (PANT).

Presidente da Assembleia Municipal:

Pedido de Reconhecimento de Interesse Público no âmbito da Reserva Ecológica Nacional, Parque Ambiental do Nordeste Transmontano.

Algum comentário, inscrições.

Senhor Presidente, alguma informação sobre este ponto? Também não.

Vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal do Parque Ambiental do Nordeste Transmontano (PANT).

PONTO 4.7 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (I. R. S.).

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, 4 votos a favor do PSD e 3 votos contra (1 do membro do CDS/PP e 2 dos membros do PS):

1 – Não prescindir da participação do Município no I. R. S. em 5% dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2013;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Participação Variável no imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, I. R. S.

Uma inscrição. A Senhora deputada Alzira, a quem a Mesa já concede a palavra.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, meus Senhores, minhas Senhoras, comunicação social, as minhas cordiais saudações.

A minha intervenção prende-se com o IRS, que vai ficar retido, os 5%, pela Câmara de todos os municípios.

Eu acho que estamos nos limites. No limite do endividamento, da troika, já não há paciência.

Numa altura em que as famílias estão deveras endividadas e o mês de outubro vai ser o culminar do limite, porque é o início de aulas, compras de livros, início de propinas nas universidades.

Por quinhentos mil Euros, a Câmara podia, num período de fadiga e de limite, ter o limite do aumento do IRS.

Com esta intervenção, comunico a esta Assembleia que o Partido Socialista vai votar contra a retenção do IRS das famílias, pela Câmara.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

À semelhança do PS, votamos contra, não porque estamos contra a posição do PSD, até porque nós sabemos os problemas que este Município atravessa.

Votamos contra porque este é mais um caso no qual não há a devida planificação, não conseguimos ver a causa-efeito.

Esta medida proposta pelo CDS/PP, de as Câmara abdicarem deste imposto, tinha como propósito aliviar as famílias desta taxação que se avizinha que seja mais excessiva no próximo ano e assim, promover mais competitividade e atratividade económica no nosso Município. É isso que pretendemos para o nosso Município, mais competitividade e mais atividade económica.

Assim, achamos que este é o voto mais indicado para defender os interesses dos municípios de Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições, para este ponto.

O Senhor Presidente quer comentar?

Presidente da Câmara Municipal:

Trata-se de um compromisso que foi assumido no saneamento financeiro que foi feito na Câmara Municipal e aprovado nesta Assembleia Municipal, que está plasmado desde o ano passado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos votar o ponto 4.7.
Quem vota contra?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:
Não houve abstenções, aprovado por maioria, com 39 votos.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 50 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 11 votos contra e 39 votos a favor, aprovar não prescindir da participação do Município no I.R.S. em 5% dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2013.

PONTO 4.8 - TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I. M. I.) - 2013

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, 4 votos a favor dos membros do PSD, 1 abstenção do membro do CDS/PP e 2 votos contra dos membros do PS, nos termos propostos:

1 – Aprovar a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2013

- Prédios urbanos: 0,6%;
 - Prédios urbanos avaliados, nos termos do C. I. M.I.: 0,3%
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.8, que fala da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.
Uma inscrição do Senhor deputado Baltazar Aguiar.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Senhores deputados. É para dizer qual é a nossa intenção de voto neste ponto.
Pelas mesmas razões e escuso-me de repetir o brilhantismo da Dr.ª Alzira Ramos na sua intervenção, que foi clara do estado social do país e porque uma das taxas propostas é 0,6, não é os mínimos 0,5 a 0,8 e a nossa proposta na reunião do Executivo, é que fossem aplicados os mínimos, ou seja de 0,3 a 0,5 e que fosse aplicado 0,3, que é e de 0,5 a 0,8, que fosse aplicado 0,5.

A Câmara entendeu que os municípios ainda têm gorduras e achou por bem ir tirar mais 0,1 de gordura.

Nós estamos contra e portanto votaremos contra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Há mais alguma inscrição? Não há.
Senhor Presidente da Câmara?

Presidente da Câmara Municipal:

Gostava apenas de referir que esta Proposta mantém as taxas que foram aprovadas aqui no ano passado. Não há qualquer alteração às taxas, nem nenhum aumento, antes pelo contrário. E dizer que é pena que, quando se vem para estas reuniões não se estude, não se trabalhe, não se faça o trabalho de casa... enfim. Porque podíamos verificar que apenas a Câmara Municipal de Mirandela no ranking de Vila Real e Bragança está no 20.º lugar, isto é, é a câmara que tem os impostos mais baratos da região.

E é pena que quando falamos aqui neste tipo de situações não enalteçemos o papel do Município, que consegue não aumentar as taxas – neste caso – como outros.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos votar.
Quem vota contra?
Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Votos contra, 8

Abstenções, 3

Votos a favor, 43

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 54 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 8 votos contra, 3 abstenções e 43 votos a favor, aprovar a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2013: Prédios urbanos, 0,6%; Prédios urbanos avaliados nos termos do C. I. M. I., 0,3%.”

PONTO 4.9 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (T. M. D. P.) - 2013

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, 5 votos a favor (4 dos membros do PSD e 1 dos membros do CDS/PP) e 2 votos contra dos membros do PS, nos termos propostos:

1 – Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2013, ou seja, de 0,25%;

2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.9, Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

Algum Senhor deputado quer usar da palavra sobre este assunto? Não.

O Senhor Presidente quer prestar mais qualquer informação complementar sobre o assunto?

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Senhor Presidente. Não.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O Resultado da votação é o seguinte:

Votos contra, 8

Abstenções, 0

A favor, 46

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 54 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 8 votos contra e 46 a favor, aprovar manter a Taxa de Municipal de Direitos de Passagem de 0,25%, a aplicar em 2013.

PONTO 4.10 - PLANO DE LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 27 de agosto de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso do Município de Mirandela

3 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.10, Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso.

Quem quer usar da palavra?

O Senhor deputado Baltazar Aguiar, deputado Faustino.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara.

Neste ponto, apesar de tudo, a nossa votação vai ser favorável, porque achamos que a Câmara deve honrar os seus compromissos e os pequenos comerciantes e os empresários desta terra necessitam muito que lhes paguem os fornecimentos à Câmara.

No entanto, queremos aqui levantar uma questão e o Senhor Presidente da Câmara, nesta Assembleia, tem particularmente insistido que se deve estudar, que se deve trabalhar. Eu acho que deve ter em conta que nem toda a gente tem um gabinete de propaganda para lhe fazer o trabalho de casa. E não deixo de lhe dizer que deve olhar para as intervenções e para a participação do Partido Socialista e para intervenção da sua bancada. Se fizermos um rácio por número de deputados, eu acho que fica a perder.

Também não deve distorcer as questões, porque independentemente do ranking nacional da Câmara de Mirandela, (costumo dizer, com o mal dos outros, eu posso bem) subiu para 0,6, subiu 0,1. O mínimo é 0,5 e o que vocês votaram aqui foi 0,6.

Neste ponto, temos alguns reparos a fazer e que têm a ver com duas ou três variáveis.

Uma delas, é a capacidade política, o peso ou a forma como se trabalham os dossiers, porque naquilo que vamos votar agora, está também a dívida às Águas de Trás-os-Montes.

E sabem quanto vamos pagar de juros? Mais ou menos, dois milhões e quatrocentos mil Euros. É o valor dos juros, que se vai pagar. Direi que nesta circunstância, há aqui duas situações: ou a negociação não foi bem preparada, ou não há peso político porque com alguém que fizesse bem o trabalho e tivesse peso, na atual situação, porventura nem pagaria juros ou não os pagaria a 8%.

Depois, também faz uma negociação, em que deixa oitocentos mil Euros que não se sabe se existem ou não, ou seja, a Câmara de Mirandela não o reconhece, as Águas de Trás-os-Montes dizem que existem. Está um dossier de três milhões e quatrocentos, as Águas de Trás-os-Montes pedem quatro milhões e duzentos mil, deixamos oitocentos mil que são cerca de 20% do total da dívida, o que vai diminuir a capacidade negocial posteriormente e aceitamos juros de cerca de 8%, no valor de dois milhões e quatrocentos mil.

Em qualquer circunstância, a Câmara deve ser uma pessoa de bem, deve pagar as suas dívidas, votaremos a favor.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhor Membros da Assembleia.

Em relação a este ponto, a primeira interrogação é porque não percebo porque ele vem aqui.

Se nós aprovámos em 12 de fevereiro o Saneamento Financeiro da Câmara para ela poder liquidar as suas dívidas aos fornecedores, está autorizado. Mas parece-me que algumas das dívidas não vão ser liquidadas já e vão-o ser em anos seguintes, parece que é essa a justificação para vir aqui esta proposta.

De qualquer forma, quando for aprovado o orçamento, também teremos que aprovar o plurianual e os encargos que resultarem depois.

Não obstante esse facto é evidente que vou votar favoravelmente, porque é obrigação da Câmara, pagar a quem deve e a quem trabalhou.

Eu gostava de alertar o Executivo, para o acompanhamento prometido, do Plano de Saneamento Financeiro. Quando foi aprovado, foi aprovada uma medida em que se responsabilizava a trazer à Assembleia Municipal e mandar para o Ministério das Finanças, a evolução do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. Fico nessa expectativa.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Sobre a Taxa Municipal sobre Imóveis, votei 0,3, que é a taxa mínima. Foi o que eu votei, Senhor deputado Baltazar. Passa para fora uma situação que não é a realidade.

Em relação ao Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, é uma situação que era preciso urgentemente resolver. As pessoas têm o direito de receberem o que lhe devem e penso que este Executivo está a trabalhar nesse sentido, devido às várias restrições que existem em relação à Lei dos Compromissos. E está a fazer, passo o exagero “das tripas coração”, para fazer os pagamentos das dívidas em atraso.

Acho que isso é de louvar e é uma situação em que a Câmara Municipal deve para o futuro não proceder mais desta forma.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Em defesa da honra e da verdade, está aqui escrito “*Propõe-se ao Executivo Municipal que aprove para 2013 a taxa de 0,6 para prédios urbanos e a taxa de 0,3, para os prédios urbanos avaliados nos termos do CMI.*”

Presidente da Assembleia Municipal:

A Assembleia está esclarecida.

O Senhor Presidente da Câmara quer dar alguma informação acessória?

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, muito obrigado.

Eu acho que esta questão do IMI está ultrapassada, foi votada no ponto anterior. O 0,3 é o mínimo e o 0,6, não é o mínimo, é o mesmo valor do ano passado, foi o que eu disse. Esclareci que não há aumento para este ano.

Em relação ao plano de pagamentos, eu vou apenas ler, o que no fundo nos traz aqui e o que nos leva a termos este plano de pagamento, “Lei n.º 8/2012, 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso”. Por mais que me custe e quero dar aqui publicamente, o devido valor a quem tem trabalhado imenso para que isto aconteça, os serviços municipais financeiros, nomeadamente do ponto de vista informático, que devia estar pronto em agosto e ainda não foi possível. Tem sido um trabalho feito quase à mão pelos funcionários municipais, que trabalham na área da Contabilidade, coordenados por nós, políticos, mas são funcionários municipais que trabalham na área financeira e são eles que trabalham estes documentos e que os fazem e são eles que estão a tentar lidar com uma lei que tem inúmeros problemas e tem-nos causado a todos, inúmeros problemas, não é só a Mirandela, como sabem.

E tenho que aqui, dar, sem dúvida, o devido mérito àqueles que trabalham nesta Câmara Municipal, que se esforçam e que fizeram a formação necessária, para conseguirem obter estes documentos e apresentá-los aqui.

Sobre as considerações, fico feliz por ter uma bancada que trabalha, estuda e já não precisa de vir aqui tirar as dúvidas. Agrada-me que assim aconteça, é sinal de que sabem fazer as perguntas e que as fazem na hora certa, que pedem os seus esclarecimentos e os têm.

A pergunta sobre as Águas de Trás-os-Montes, que já é recorrente, já tive oportunidade de responder. É verdade que o meu peso podia ser um bocadinho menor, o que eu agradecia, mas se formos ver os acordos que foram feitos pelos Municípios com as Águas de Trás-os-Montes, estão todos no mesmo âmbito. Como é evidente, nós fazemos acordos no âmbito das Águas de Trás-os-Montes, no âmbito das Águas de Portugal, no âmbito das empresas a que pertencemos, todos eles semelhantes. Por este facto, acreditamos que os Presidentes, sendo mais magros ou mais gordos, acabam por fazer acordos muito idênticos e fazerem acordos que muitas das vezes têm que tapar as trapalhadas que alguns governantes no passado fizeram, como por exemplo uma governante do Partido Socialista que chegou num dia e disse: a partir de agora as taxas não são as que a ESA publicou, são as taxas que eu digo, mas depois não o passou a portaria e ainda hoje estamos todos presos aos tais oitocentos mil Euros.

Se a Senhora Ministra Dulce Pássaro tivesse passado isso a portaria e tivesse dito, a taxa não é a que a ESA publicou, mas aquela que eu digo, hoje não estávamos com este problema.

De qualquer forma, eu repito e muito sucintamente, “Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso”, é o que aqui está, é o nosso compromisso e estamos a cumpri-lo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos votar este Plano de Liquidação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso do Município de Mirandela.

PONTO 5 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Inscreve-se o Senhor deputado Rui Magalhães e vai usar da palavra.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou procurar ser supersónico, dado o adiantado da hora, mas vou começar por fazer um bocadinho ao contrário do que fazem alguns deputados municipais, que intervêm quando não queriam intervir.

Era para intervir, mas acabei por não o fazer, porque não me parece correto, embora a situação seja uma situação política, refutar declarações que foram feitas pelo Senhor Vereador Nuno Sousa, na reunião da Câmara Municipal do dia 02 de julho sobre a Reforma da Administração Local e em concreto, do trabalho meritório desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento da Reforma da Administração Local.

Na medida em que o Senhor Vereador não está aqui hoje, penso que ele teria todo o direito de ouvir a minha defesa, a defesa que eu faria hoje aqui em nome da CARAL e também em nome desta Assembleia Municipal. Não o vou fazer, haverá de certo um momento próprio para isso.

Relativamente à CARAL, mais uma informação.

Nós continuamos a trabalhar, vamos ter uma próxima reunião no dia 11 de setembro, até porque se impõe a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, até 15 de outubro. A seu tempo receberão a respetiva convocatória.

Para os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, informo – não sei se receberam ou não esta informação, mas também a queria partilhar com os restantes Membros desta Assembleia Municipal – que no dia 15 de setembro a ANAFRE vai organizar o 2.º Encontro Nacional de Freguesias, das 14 às 19 horas, no Pavilhão de Desportos e Congressos de Matosinhos, muito perto do norte shopping, passo a publicidade.

Podem comparecer nesse Encontro, não apenas os Associados da ANAFRE, mas também qualquer autarca de freguesia que o pretenda.

Apetece-me também dizer, que o Seminário que nós aqui organizámos sobre as Assembleias Municipais, parece que produziu algum efeito. Aconselho-vos a ler três leis que saíram recentemente: uma sobre o programa de apoio à economia local, no dia 28 de agosto, outra sobre o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e finalmente outra sobre o Estatuto do Pessoal Dirigente, em que se verifica claramente, que neste caso, o legislador, reforçou o poder de fiscalização e de acompanhamento das Assembleias Municipais, relativamente a estas temáticas.

Deputado Municipal Agostinho Beça de Sousa (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Exm.º Executivo, minhas Senhoras e meus Senhores.

Como da bancada do Partido Socialista não podem vir só situações de bota abaixo, permito-me saudar aqui publicamente o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Manuel Rodrigues, pela iniciativa recente, de promoverem a reativação do conselho cinético municipal e da reunião que teve lugar na passada quarta-feira e na qual tive a honra de estar presente.

Mas, passando ao assunto que me traz aqui, eu tinha uma intervenção pertinente e com alguma delicadeza, uma questão de fundo, que diz respeito ao Município, mas pela delicadeza do assunto, por razões de saúde e porque acho que não pode ser desenvolvida de improviso, vou apenas relatar e partilhar com a Assembleia, a minha aventura (se assim lhes podemos chamar) ontem, no Hospital de Mirandela.

Tive que recorrer aos serviços de urgência e numa primeira tentativa, era uma multidão para o processo de triagem e não me sentia mesmo nada bem e retirei-me para casa para repousar. Isto aconteceu por volta das seis da tarde.

Oito e meia e nessa segunda tentativa, lá fui atendido e muitíssimo bem, por uma médica e pelos técnicos de enfermagem, mas à médica tive que agradecer no meu melhor espanhol, com “muchas gracias”.

Enquanto esperava pelo resultado das análises, pude ir apreciando o fluxo de utentes àquele serviço.

A dado passo, no corredor havia sete macas ocupadas especialmente com gente idosa, quase todos do sul do distrito, Moncorvo, Freixo de Espada-à-Cinta, Carrazeda de Ansiães, em condições que não eram nada dignas. Alguns já estavam ali havia horas.

Eu próprio tive que partilhar, para ser assistido, o mesmo espaço, com quatro pessoas, estávamos cinco a ser atendidos em simultâneo.

Eu penso que todos conhecerão este cenário, todos não, porque é raro verem-se políticos, nestes serviços

Eu e a minha família, como cidadãos comuns, somos clientes assíduos e regulares desse serviço.

No entanto, fica aqui bem patente que um fluxo de utentes assim, pergunta-se como será possível que se fale em redução de serviços, quando se deveria falar no aumento do número de técnicos, melhoria das condições de atendimento, etc.

Ainda a propósito disto, devo referir esta questão do helicóptero de Macedo de Cavaleiros.

Não há muito tempo, ouvi um ilustre deputado da nação, explanar sobre este assunto, tentando defender o que me parece indefensável, que a distância para a deslocação do helicóptero seria mais favorável se o helicóptero estivesse em Vila Real, do que estar em Macedo de Cavaleiros.

Confesso que não tenho capacidade mental para entender esta aritmética em termos de distâncias.

Termino, fazendo um apelo a quem assim o entender, que compareçam na manifestação que está a ser preparada para o dia 15 de setembro, em Macedo de Cavaleiros.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas queria esclarecer algumas dúvidas que ficaram aqui no ar, após a minha intervenção.

Quando falo tento estar o mais informada possível e eu sei o que a Soduol representa na fileira do azeite. Bom era que mais pessoas o soubessem.

Resumidamente e para conhecimento desta Assembleia, a Soduol faz fumo, polui por um lado mas por outro retira o excesso dos outros lagares, que se não forem retirados esses “lixos”/bagaço dos lagares eles não podem trabalhar.

Quanto à água foi apenas um exemplo de como deveria este Município pensar causa-efeito. Não tenho nada contra a água da torneira.

Quanto aos Presidentes de Junta, penso que fui mal entendida.

Eu, pessoalmente, sou a favor da presença dos Presidentes da Junta nesta assembleia. Conheço mal as aldeias, admito, não moro lá, nunca morei, mas já morei numa aldeia e sei o que se passa. Apenas quis apelar a participação dos Presidentes de Junta nesta assembleia, porque continuo a pensar que só nos

podemos defender a nós próprios, e quem melhor do que os Presidentes de Junta para defender o seu importante papel nesta assembleia.

Não podemos prescindir nem da liberdade nem do futuro.

É preciso confiança, é preciso retificar o rumo.

Temos que nos proteger antecipadamente. Como diz o professor universitário António Sampaio da Nova, pessoa que muito admiro. “Não podemos continuar à espera que a tormenta passe”.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados.

Ainda bem que temos Assembleia e ainda bem que temos Constituição, porque segundo o Senhor Presidente da Câmara não era necessária Assembleia, porque se prepara tudo nos partidos, não haveria intervenção nenhuma e toda a gente estaria esclarecida.

Como temos Assembleia e como gostamos de participar na discussão e trazer alguns problemas da terra e dos que eu vou abordar agora, dois também já foram abordados por mim, o que quer dizer que quando eu os trago repetidamente, é porque as coisas não são resolvidas. E pode tomar nota Senhor Presidente, que enquanto eu aqui estiver e vir que as coisas não são resolvidas, trá-los-ei sempre, até que as coisas estejam resolvidas. Quando estiverem resolvidas, também lhe darei os parabéns por estarem resolvidas, como fiz em algumas circunstâncias ao seu antecessor.

Duas questões que aqui foram levantadas, a primeira é telegráfica porque está cá o Senhor Presidente da Junta, que é, Avidagos e o buraco na estrada, quando é que está resolvido.

O segundo, eu até acho que não sou a pessoa mais apropriada para tratar desta questão, o deputado mais apropriado, está na vossa bancada, é o deputado Paulo Pinto e estou a falar da ciclovia.

Estou a falar da ciclovia que está junto do Parque de Campismo, que é um conjunto de ratoeiras.

Na segunda-feira passada, ao fim do dia, tive necessidade de ir pedalar um pouco para aí e ia tendo alguns acidentes, devido ao estado em que está a ciclovia.

Portanto o deputado Paulo Pinto é quem mais sabe destas coisas, diga do que se passa e o Senhor Presidente da Câmara, se quiser, eu convido-o para um dia ao fim da tarde ou um sábado de manhã, irmos fazer uma volta de bicicleta e ver o estado em que está. Então é questão para se dizer que tem trabalhado pouco.

Presidente da Assembleia Municipal:

Há mais algum pedido de uso da palavra? Parece que não.

O Senhor Presidente quer comentar?

Presidente da Câmara Municipal:

Telegraficamente, Senhor Presidente.

Acrescentar uma informação em relação à questão da saúde, que há oito dias atrás, foi apresentada uma providência cautelar pelos 12 Municípios do Distrito, para a manutenção do helicóptero. Foi subscrita pelas 12 Câmaras Municipais e está neste momento no Tribunal Administrativo, contestando os Protocolos.

A Câmara Municipal já tinha uma ação cível no Tribunal Administrativo e Fiscal, para a manutenção das urgências.

Esta é uma providência cautelar que está a decorrer, alinhando claramente o discurso com o deputado Municipal Agostinho Beça. Posso-lhe dizer que eu também tive a oportunidade de ir às Urgências de Mirandela, infelizmente por um problema particular e fui reportado para outras urgências, sem levar o necessário acompanhamento e isso é grave quando acontece, todos nós que vivemos nesta cidade, o sentimos.

E não tem a ver só com a questão de haver ou não recursos, muitas das vezes não é isso que está em causa. Este tema é importante e que está em curso.

Responder ao Eng.º Baltazar, em relação aos Avidagos, é importante que fique claro. Há um conflito profundo com o empreiteiro, porque ele utilizou aquele espaço como elemento de pressão junto da Câmara Municipal. Ele não cumpriu o contrato e neste momento há duas soluções: ou é rescindida a obra e entregue a um novo empreiteiro ou então o empreiteiro recupera a obra porque sabe perfeitamente que há legitimidade da parte da Câmara Municipal.

Em relação à ciclovia, total disponibilidade para fazermos o passeio, desde que o Paulo Pinto vá no meio, não vamos nós atropelarmo-nos no caminho.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Falta ainda o Ponto 6, que é o 2.º Ponto de Intervenção aberto ao público.

Está algum Senhor Munícipe que queira usar da palavra?

Não está nenhum Senhor Município e então nesta circunstância chegamos ao fim, resta à Mesa cumprimentar o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados, desejar um bom almoço e até à próxima.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, foi deliberado aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 13 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO